

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL**  
**ÁREA DE CONHECIMENTO DAS HUMANIDADES**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGHIS**  
**MESTRADO PROFISSIONAL**

**JULIANA CAMELO**

**MIGRANTES NA ESCOLA: ESTUDO ACERCA DA INSERÇÃO DAS**  
**CRIANÇAS MIGRANTES NO SISTEMA ESCOLAR EM CAXIAS DO**  
**SUL, EM TEMPOS PRESENTES**

**CAXIAS DO SUL**

**2022**

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL  
ÁREA DE CONHECIMENTO DAS HUMANIDADES**

**JULIANA CAMELO**

**MIGRANTES NA ESCOLA: ESTUDO ACERCA DA INSERÇÃO DAS  
CRIANÇAS MIGRANTES NO SISTEMA ESCOLAR EM CAXIAS DO  
SUL, EM TEMPOS PRESENTES**

**CAXIAS DO SUL**

**2022**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Universidade de Caxias do Sul  
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

C181m Camelo, Juliana

Migrantes na escola [recurso eletrônico] : estudo acerca da inserção das crianças migrantes no sistema escolar em Caxias do Sul, em tempos presentes / Juliana Camelo. – 2022.

Dados eletrônicos.

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, 2022.

Orientação: Vania Beatriz Merlotti Herédia.

Modo de acesso: World Wide Web

Disponível em: <https://repositorio.ucs.br>

1. História - Estudo e ensino. 2. Educação e globalização. 3. Migração. 4. Educação - Caxias do Sul (RS) - Migrantes. 5. Imigrantes - Caxias do Sul (RS) - Estudantes. I. Herédia, Vania Beatriz Merlotti, orient. II. Título.

CDU 2. ed.: 37.016:94

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)  
Ana Guimarães Pereira - CRB 10/1460

**JULIANA CAMELO**

**MIGRANTES NA ESCOLA: ESTUDO ACERCA DA INSERÇÃO DAS  
CRIANÇAS MIGRANTES NO SISTEMA ESCOLAR EM CAXIAS DO  
SUL, EM TEMPOS PRESENTES**

Dissertação apresentada como requisito para  
obtenção do título de Mestra em História, ao  
Programa de Pós-Graduação em História,  
Mestrado Profissional, da Universidade de Caxias  
do Sul.

Orientadora: Professora Doutora Vania Beatriz  
Merlotti Herédia

**CAXIAS DO SUL  
2022**

# MIGRANTES NA ESCOLA: ESTUDO ACERCA DA INSERÇÃO DAS CRIANÇAS MIGRANTES NO SISTEMA ESCOLAR EM CAXIAS DO SUL, EM TEMPOS PRESENTES

Juliana Camelo

Trabalho de Conclusão de Mestrado submetido à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestra em História, Área de Concentração: Ensino de História: Fontes e Linguagens. Linha de Pesquisa: Fontes e Acervos na Pesquisa e Docência em História.

Aprovada em 16 de março de 2022.

## Banca Examinadora:

---

Profa. Dra. Vania Beatriz Merlotti Herédia  
Universidade de Caxias do Sul - UCS

---

Prof. Dr. Jorge Luiz da Cunha  
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

---

Prof. Dr. Roberto Radünz  
Universidade de Caxias do Sul - UCS

*Para minha família, Loedir Antonio Camelo, Lourdes Camelo, Guilherme Antonio Camelo; e às minhas avós Adélia Tereza Belle Camatti (em memória) e Hortência Gonçalves Kellerman Camelo (em memória). Vocês são minha inspiração de todos os dias.*

*Dedico essa pesquisa às crianças migrantes e refugiados.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, ao meu pai, à minha mãe e ao meu irmão, por todo apoio e amor incondicionais. Agradeço aos meus avôs e avós (em memória) e às minhas tias que sempre foram muito presentes na minha vida: Delvina Camatti, Clari Camatti, Hilda Ravanello, Clarinda Camelo Scussell, Neura Salete Camelo, Cleusa Camelo Borba, Isabel Camelo dos Santos, Maria Camelo Bernardes, Claudia Zampieri Camelo, Neusa Maria Camelo, Adriana B. Camelo, Maria Tereza Camelo (em memória). Agradeço os amigos e às pessoas especiais porque estiveram ao meu lado acreditando no meu sonho junto comigo e entendendo minhas ausências, abdições, escolhas.

O meu agradecimento especial é para a minha orientadora, Profa. Dra. Vania Beatriz Merlotti Herédia. Muito obrigada por acreditar em mim e me incentivar do início até o fim dessa jornada. Agradeço a todos os professores que fizeram parte da minha vida escolar e acadêmica.

Agradeço a Secretaria Municipal de Educação de Caxias do Sul que autorizou a realização da presente pesquisa e disponibilizou informações e contatos das escolas. Agradeço aos professores que participaram desta pesquisa e, generosamente, compartilharam sua experiência e confiaram no meu trabalho.

Agradeço a uma pessoa muito especial, com quem tive a alegria de trabalhar, Irmã Maria do Carmo dos Santos Gonçalves, agradeço por fazer parte dessa linda missão no Centro de Atendimento ao Migrante (CAM). Sou grata aos meus colegas de trabalho do CAM com os quais pude aprender tanto: Vanessa Moojen Perini, Jacinta Zillio, Rafaela Beal Bossardi, Maude Jules, Jucelda Batista, Adriano Pistorelo. Agradeço aos meus amigos Marcia Pessoa, Janaína A. F. Gazolla, Sandra Rillo, Denise Pessoa, Daniel Cattaneo Pedroso, Ibrahim Sulemane (em memória), Mustapha Ibrahim, Sulemane Adamu, Abdoul Razak, Hassan Abbas, Thamsir Ibrahima Thiam, Monette Esperance. Agradeço ao Dr. Carlos Jaime Moreira e Dra. Carla Brum pelo incentivo e encorajamento na minha caminhada.

Também, não posso deixar de agradecer ao Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR), na pessoa do Padre Agnaldo Júnior e do Lucas do Nascimento, pela oportunidade de fazer parte da equipe do SJMR Brasil. Aos meus colegas de trabalho minha gratidão pelos desafios e aprendizados que compartilhamos no nosso cotidiano.

*“A humanidade está em crise - e não existe outra saída para ela senão a solidariedade dos seres humanos”*

**Bauman**

## RESUMO

As migrações contemporâneas apresentam características específicas marcadas pela globalização. Desde 2010 os fluxos migratórios internacionais para o Brasil têm aumentado e se diversificado quanto ao país de origem, o motivo para migrar e o perfil dos migrantes. Nota-se que a presença de crianças migrantes na migração tem aumentado consideravelmente. Diante da emergência da crise migratória contemporânea, crianças estão vivendo a condição de migrantes, refugiadas e apátridas expostas a alta vulnerabilidade e risco no mundo, e especificamente no Brasil. Muitas cidades brasileiras têm recebido um número considerável de migrantes a partir da segunda década do século XX e conseqüentemente representa um aumento significativo de matrículas de crianças migrantes. Nesse contexto, o estudo pretende colaborar para a compreensão de como ocorre o processo de inserção de alunos migrantes no ensino regular em Caxias do Sul a partir das narrativas dos professores da rede municipal no período de 2017-2020. A pesquisa baseou-se no método crítico e na história oral. A pesquisa de campo foi realizada com entrevistas com professores da rede municipal de educação da cidade que tiveram alunos migrantes em sala de aula. Por meio das narrativas foram criadas categorias de análise que permitiram o entendimento dos diálogos entre os narradores e o pesquisador. Da análise dessas narrativas nasceram as seguintes categorias: processo de inserção escolar; alternativas criadas pelos professores para melhorar o processo de inserção dos alunos migrantes; estratégias de acolhimento; adaptação escolar e choque cultural; relações sociais estabelecidas entre a escola, a criança e a família migrante. Conclui-se que a escola tem um papel fundamental no desenvolvimento escolar, na socialização das crianças migrantes, integração da criança e da família migrante na comunidade local, além de ter um caráter protetivo na garantia de direitos das crianças em situação de migração. O estudo realizado colaborou para a produção de um guia de orientação para a escola e para o professor com informações referentes a migração e refúgio, assim como, boas práticas e um repositório de materiais de referência sobre a temática.

**Palavras-chaves:** migração contemporânea; globalização; crianças migrantes; acesso à educação de alunos migrantes.

## ABSTRACT

The present migrations have specific characteristics generated by globalization. Since 2010 the international migrant flow to Brazil has been increasing and is diverse in terms of the country of origin, the reason to migrate, and the profile of migrants. It's noted that the presence of migrant children has increased substantially. They are exposed to high vulnerabilities and risks. Many cities in Brazil are receiving a great number of international migrants from the second decade of the 20th century, consequently representing a significant increase in enrollments of migrant children. In this context, the search intends to collaborate for the comprehension of how the process of insertion of migrant students in regular education occurs in Caxias do Sul based on the narratives of teachers from the municipal network in the period 2017-2020. The research was based on the critical method postulated by Becker regarding migration studies; and oral history. The field research was carried out with interviews with teachers from the city's municipal education network who had migrant students in the classroom. Through the narratives, categories of analysis were created that allowed the understanding of the dialogues between the narrators and the researcher. From the analysis of these narratives, the following categories emerged a) school insertion process; b) alternatives created by teachers to improve the insertion process of migrant students; c) reception strategies; d) school adaptation and culture shock; and e) social relationships established between the school, the child, and the family. It is concluded that the school has a fundamental role in school development, in the socialization of migrant children, integration of the child and the migrant family in the local community. In addition to having a protective character in guaranteeing the rights of children in migration situations. The study carried out contributed to the production of an orientation guide for the school with a bibliography relevant to the theme.

**Keywords:** contemporary migration; globalization; migrant children; access to education for migrant students,

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1 – Matrículas de alunos migrantes em 2019 por Unidade da Federação.....	23
Figura 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	88
Gráfico 1 – Número de alunos migrantes no Ensino Fundamental entre 2010 e 2019.....	21
Quadro 1 – Quadro comparativo dos Relatórios da OIM de 2000 a 2020.....	37
Quadro 2 – Alunos imigrantes matriculados nas escolas da rede municipal em 2018.....	86

## LISTA DE SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas (Sigla em português de UNHCR)
AESC	Associação Educadora São Carlos
CAM	Centro de Atendimento ao Migrante
CEE	Conselho Estadual de Educação de São Paulo
CME	Conselho Municipal de Educação de Caxias do Sul
CONARE	Comitê Nacional para os Refugiados
CNI	Conselho Nacional de Imigração
CNIg	Conselho Nacional de Imigração
DOU	Diário Oficial da União
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Ensino de Jovens e Adultos
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	Ministério da Educação
OBMigra	Observatório das Migrações Internacionais
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIM	Organização Internacional para as Migrações
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organizações das Nações Unidas
SJMR	Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados
SMED	Secretaria Municipal de Educação
SND	Sociedade (Liga) das Nações
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UNHCR	<i>United Nations High Commissioner for Refugees</i> (Sigla em inglês)
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância



## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2.</b>	<b>JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>20</b>
<b>3.</b>	<b>MIGRAÇÕES E MIGRANTES: MOBILIDADES CONSTANTES.....</b>	<b>27</b>
3.1	MIGRAÇÕES RECENTES E GLOBALIZAÇÃO.....	34
3.2	HISTÓRICO DA LEGISLAÇÃO DA MIGRAÇÃO: DIREITO À EDUCAÇÃO.....	39
3.3	O CONTEXTO DA IMIGRAÇÃO LOCAL.....	47
<b>4.</b>	<b>O ENSINO DA HISTÓRIA E AS MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS.....</b>	<b>51</b>
<b>5.</b>	<b>RESULTADOS DA PESQUISA .....</b>	<b>54</b>
5.1	PROCESSO DE INSERÇÃO.....	54
5.2	ALTERNATIVAS CRIADAS PELOS PROFESSORES PARA MELHOR INSERÇÃO .....	58
5.3	ESTRATÉGIAS DE ACOLHIMENTO.....	63
5.4	ADAPTAÇÃO ESCOLAR E CHOQUE CULTURAL .....	67
5.5	RELAÇÕES SOCIAIS ESTABELECIDAS ENTRE A ESCOLA, A CRIANÇA E A FAMÍLIA.....	71
<b>6.</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>75</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>79</b>
	<b>ANEXO A - ALUNOS IMIGRANTES NAS ESCOLAS MUNICIPAIS .....</b>	<b>86</b>
	<b>ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	<b>88</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As migrações contemporâneas têm atingido um número cada vez maior da população mundial, e o Fundo das Nações Unidas para a Infância<sup>1</sup> (UNICEF, 2021) aponta que, em 2020, houve 281 milhões de migrantes internacionais, e desses 36 milhões eram crianças. O UNICEF afirma que há, em média, 34 milhões de refugiados e solicitantes de refúgio no mundo, e desses metade são crianças refugiadas.

Sabe-se que o Brasil atraiu novos fluxos migratórios a partir de 2010, tornando-se o país-destino de migrantes internacionais com forte desempenho no cenário da migração global sul-sul. O relatório anual do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra, 2020) reconhece o panorama de mudanças no cenário das migrações internacionais de 2010 a 2019, e afirma que, no referido período, houve 1.085.673 registros de imigrantes.

Para entender o fenômeno migratório contemporâneo e suas características, é necessário observá-lo a partir da perspectiva da globalização como um “fato social completo” (SAYAD, 1998, p. 15). Para tal, trata-se a migração como sendo um fenômeno diverso que pode compreender várias realidades individuais e coletivas, podendo ser uma migração voluntária, ou uma migração forçada. Os fatores que têm definido os deslocamentos contemporâneos são questões de natureza política como: guerras, perseguições, graves violação de direitos humanos; questões de natureza econômica como dificuldades de conseguir emprego nos países de origem, falta de perspectivas, desigualdades econômica e social, discriminação racial e por questões de natureza ambiental como mobilidades forçadas por acidentes ambientes, terremotos entre tantos outros.

Levando em consideração a importância desse fenômeno na sociedade brasileira, a presente pesquisa utilizou-se de vários estudos teóricos, a fim de dar sustentação à sua realização. Entre os principais autores selecionados, valeu-se dos estudos clássicos de migração para explicar o fenômeno em questão que trata da inserção de crianças migrantes no sistema escolar no Município de Caxias do Sul. Entre eles: Sayad (1998) considerado um dos maiores estudiosos sobre o fenômeno migratório e Becker que trata dos enfoques distintos da migração nos estudos sociológicos.

---

<sup>1</sup> Informações publicadas no site *UNICEF Data: Monitoring the situation of children and women. Child migration* publicado em abril de 2021. Tradução livre. UNICEF. *Child migration, April, 2021. In: Data: Monitoring the situation of children and women.* Tradução livre. Disponível em: <https://data.unicef.org/topic/child-migration-and-displacement/migration/>. Acesso em 11 jan. de 2022.

O estudo proposto nasceu da crescente presença de alunos imigrantes nas escolas brasileiras e os desafios frequentes que se apresentavam no ambiente escolar. O objetivo geral da pesquisa é verificar como ocorreu o processo de inserção de alunos migrantes no Ensino Fundamental, em Caxias do Sul, no período entre 2017 e 2020, a partir das narrativas de professores da Rede Municipal de Ensino. São objetivos específicos do estudo, em primeiro lugar, contextualizar o problema da imigração na cidade de Caxias do Sul, a fim de subsidiar o estudo; em segundo lugar, identificar os principais problemas que as crianças imigrantes enfrentam na inserção ao sistema escolar por meio da percepção dos professores nas escolas que receberam filhos de migrantes nos últimos anos (2017-2020); em terceiro lugar, analisar as dificuldades que os alunos imigrantes enfrentam no processo de inserção escolar; e em quarto lugar, desenvolver um material de apoio para a formação e sensibilização de professores em relação ao tema das crianças migrantes na escola; e disponibilizar o material final para a rede escolar para apoiar o processo de inserção e integração de crianças migrantes nas escolas.

O estudo foi permeado por algumas questões norteadoras que serviram para problematizar e orientar a pesquisa, no intuito de compreender as dinâmicas sociais da inserção das crianças migrantes no sistema escolar. *Como se dá o processo de inserção escolar da criança migrante? Que dificuldades os professores enfrentam com a inserção dos alunos migrantes na escola? Como são as relações entre crianças, família, escola?*

Inicialmente pretendia-se fazer uso da metodologia de grupos focais, mas devido à pandemia<sup>2</sup>, a mesma foi substituída pela História Oral, um método de pesquisa que é usado na história para compreender a experiência vivida de determinado fato histórico com base na memória, narrativa e subjetividade do sujeito histórico (PORTELLI, 2016).

O presente estudo tem como sustentação o método crítico postulado por Becker (2010) quanto aos estudos migratórios. Devido à complexidade dos fluxos migratórios contemporâneos, acredita-se que é necessário um método de análise crítica sobre as migrações para dialogar acerca do fenômeno pela perspectiva histórico-estrutural. Becker (2010) apresenta o enfoque crítico das migrações que tem como categoria de análise os grupos sociais ao invés de indivíduos e as condições históricas que os mesmos enfrentaram para se

---

<sup>2</sup>A situação da pandemia mundial pela infecção do vírus denominado COVID-19 e suas variantes além de ter causado a morte de mais de 5,5 milhões<sup>2</sup> de pessoas em todo o mundo, também interferiu diretamente nas relações sociais, relações de trabalho, nos hábitos e no cotidiano de milhões de pessoas. O ensino remoto, determinado por decretos e portarias, chamado de estudo monitorado foi política adotada nesse período para manter o isolamento social e as medidas sanitárias contra a disseminação do vírus. De março de 2020 a maio de 2021 as aulas presenciais foram canceladas e a forma adotada foi o ensino remoto através de aulas síncronas e assíncronas. As escolas permaneceram vazias e silenciosas durante esse período.

deslocar. Nesse sentido, a decisão de ser migrante não tem um caráter individual e de livre escolha, ao contrário, percebem a migração como “mobilidade forçada pela necessidade de valorização do capital e não como um ato soberano de vontade pessoal” (2010, p. 344). O enfoque crítico considera a migração como resultado de um processo global de mudanças que são historicamente condicionadas (SINGER, 1973). A análise acerca da inserção de crianças migrantes no sistema escolar tem um enfoque crítico e, como categoria de análise, o movimento efetuado, as relações sociais e as contradições presentes no processo. Acredita-se que, para promover o diálogo acerca do fenômeno da inserção das crianças imigrantes na escola municipal, é preciso compreender como ocorre esse processo e que contradições o permeiam.

Para a realização da pesquisa foram utilizados procedimentos metodológicos, amparados no método da História Oral. Quanto a esse método, utilizam-se as de obras de Portelli (2016) e Delgado (2010). Portelli (2016) explicita que as fontes orais são definidas pelo historiador como “narrativas individuais, informais, dialógicas, criadas no encontro entre o historiador e o narrador” (2016, p. 9). As fontes orais “estão ligadas às questões de memória, narrativa, subjetividade e diálogo” (PORTELLI, 2016, p. 10); elas são cocriadas em uma troca dialógica entre o entrevistado e o entrevistador através da entrevista. Para Portelli é necessário estabelecer um fio condutor entre três níveis interconectados “um fato do passado (o evento histórico), um fato do presente (a narrativa que ouvimos) e uma relação fluida, duradoura (a interação entre esses dois fatos)”.

Nesse sentido, Delgado (2010) também afirma que a história oral é um caminho para a produção do conhecimento histórico, e que, através da narrativa das entrevistas, é possível conectar o tempo passado ao tempo presente. Para Delgado (2010) a História Oral pode ser definida como um procedimento metodológico que “busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais” (DELGADO, 2010, p. 15 -16).

Essa autora sustenta que a história oral “não é, portanto, um compartimento da história vivida, mas sim, o registro de depoimentos sobre essa história vivida” (DELGADO, 2010, p. 15-16). Nesse sentido, a narrativa dos professores, a partir da experiência do vivido, aponta como ocorreu o processo de inserção escolar no contexto da cidade de Caxias do Sul.

Para a realização da pesquisa empírica foi realizado um contato com a Secretaria de Educação do Município de Caxias do Sul com a finalidade de poder dispor dos dados sobre as

escolas. O contato inicial com a Secretária Municipal (Profa. Flávia Vergani) aconteceu em maio de 2020, por telefone, e a mesma concordou com o interesse na realização da pesquisa. No mês de julho, iniciou o levantamento das escolas para identificar a presença de alunos imigrantes para a realização da pesquisa (ANEXO A). Após essa fase, ocorreu uma reunião com o setor pedagógico da Secretaria Municipal de Educação de Caxias do Sul. Nessa ocasião, foi apresentado o projeto de pesquisa, verificado a documentação necessária para realizá-la nas escolas do Município. O setor pedagógico da secretaria encaminhou um levantamento que haviam realizado em 2018 sobre a presença de alunos imigrantes nas escolas municipais. A pesquisa documental subsidiou a escolha dos professores que participariam da pesquisa.

As entrevistas ocorreram entre maio de 2020 e março de 2021. Foram realizadas 10 entrevistas sendo que 3 foram presenciais e 7 foram realizadas pelo *Google Meet*. As presenciais foram marcadas no local escolhido pelo professor. Após a realização das entrevistas, as mesmas foram transcritas, os professores, por sua vez, foram identificados por números, o que garante o sigilo das informações e o seu anonimato.

Os resultados dessas entrevistas evidenciam a importância do estudo uma vez que a pesquisa pode colaborar para identificar as dificuldades que os professores reconhecem no processo de inserção de crianças migrante no sistema escolar e, assim, buscar estratégias pedagógicas para melhorar a integração de crianças migrantes na escola. Também é possível observar as lacunas existentes nos processos de inserção, por ser um fenômeno relativamente novo ligado às migrações contemporâneas. Percebe-se que é um processo que está em construção juntamente com a elaboração da política migratória em nível municipal, estadual e federal.

Na proposta inicial previa-se fazer grupos focais com os professores dessas escolas, mas devido a pandemia, houve a necessidade de alterar a metodologia e adequar ao momento presente. Da mesma maneira, não foi possível fazer a pesquisa de campo de modo presencial, e os grupos focais foram substituídos por entrevistas individuais.

O *corpus* desta pesquisa foi composto pelas entrevistas realizadas com os professores nas escolas municipais de Caxias do Sul. A partir dos dados da Secretaria Municipal de Educação, foram identificadas as escolas que tinham crianças migrantes matriculadas. A partir da identificação de alunos migrantes, foi proposto entrevista temática, baseada nos pressupostos de Delgado (2010) e Portelli (2016) que prega a escuta sobre os fenômenos sociais investigados. Delgado (2010) afirma que as entrevistas temáticas podem revelar experiências vividas pelos entrevistados sobre algum processo histórico e podem, também,

fornecer elementos de análise, informações, detalhes e interpretações sobre o tema pesquisado. Os entrevistados são professores de escolas municipais de Caxias do Sul.

A escolha pelas escolas municipais de Caxias do Sul se deu devido ao desenvolvimento de pesquisa sobre imigração na cidade, em especial por pesquisadores da Universidade de Caxias do Sul, pelo Núcleo de Estudos Migratórios da UCS. Outro motivo pela escolha do local da pesquisa é a própria experiência da pesquisadora no trabalho de atendimento ao migrante na cidade.

Os critérios de seleção para a realização das entrevistas e dos sujeitos selecionados foram: a) aceitação por parte dos professores de participar da pesquisa tendo como obrigatoriedade ter tido alunos imigrantes matriculados no período de 2017 a 2020, dados que foram levantados por meio da colaboração com a Secretaria de Educação; b) os professores que tiveram atuação com crianças migrantes e aceitaram fazer parte da pesquisa, participando de forma espontânea da pesquisa, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A escolha do recorte temporal seria inicialmente 2017 a 2019, mas devido a pandemia foi ampliado por um ano o período de análise para 2017 a 2020. A escolha pelo recorte temporal se deu pela observação das pesquisas sobre o fluxo de imigração internacional contemporânea para a cidade, também, por se tratar de experiências mais recentes.

As narrativas obtidas nas entrevistas temáticas são fontes de reconstituição do evento vivido pelos participantes, haja vista o potencial de apresentar detalhes que, muitas vezes, não são captados em documentos oficiais, relatórios e em outras fontes documentais. Nesse sentido as entrevistas narrativas no campo da História Oral conseguem fazer a ponte entre o presente – a narrativa do entrevistado – com o passado – o evento histórico – e a interação entre o entrevistado e o entrevistador. Desta maneira, a escolha pela técnica da entrevista temática se justifica na convicção de que os relatos dos professores podem enriquecer a análise e trazer detalhes do processo de inserção dos alunos migrantes.

A dissertação está dividida em quatro partes: na primeira parte, foi realizada uma revisão teórica, trazendo para a discussão os pressupostos teóricos para a compreensão do fenômeno da migração contemporânea e as inter-relação com a globalização; a segunda, aborda a migração local, fenômeno que caracteriza, historicamente, o Município de Caxias do Sul e a região no qual ele se localiza. Nessa etapa, são descritos os migrantes que integram esses fluxos, suas características e razões da migração; a terceira parte apresenta o resultado de um estudo de campo sobre a inserção de crianças migrantes a partir da perspectiva dos

professores da Rede Municipal de Educação de Caxias do Sul; a quarta etapa apresenta as conclusões do estudo e a proposta de produção de um guia que aborde informações para a escola sobre a questão migratória.

Com a produção do *Guia do aluno migrante* pretende-se colaborar com o processo de inserção das crianças migrantes no ambiente escolar. A elaboração desse guia implica a inclusão de informações relevantes para a escola e o professor com a intenção de aproximar o sistema da realidade da criança imigrante. Outro objetivo da cartilha é sensibilizar quanto às especificidades que o processo migratório gera. As conclusões finais do estudo e a elaboração da cartilha pretendem ser socializadas e discutidas no âmbito da Rede de Educação Municipal.

## 2 JUSTIFICATIVA

A escolha pelo tema de pesquisa – crianças migrantes na escola – ocorreu pela proximidade do tema com minha experiência profissional. Há cinco anos comecei a trabalhar no Centro de Atendimento ao Migrante (CAM), organização da sociedade civil, vinculada à missão das Irmãs Missionárias de São Carlos de Borromeu – Scalabrinianas, e mantido pela Associação Educadora São Carlos (AESC). O CAM, fundado em 1984, é referência no atendimento aos imigrantes e refugiados que vêm a cidade de Caxias do Sul.

No período de atuação profissional, foi possível observar que a realidade migratória brasileira demandou mudanças nas esferas públicas e privadas para responder à realidade atual, assim como, foi necessário identificar a transversalidade da migração nas mais diversas áreas, como: saúde, assistência social e educação. No atendimento à população migrante, foi possível visualizar as vulnerabilidades e riscos sociais que os migrantes vivem devido ao fenômeno migratório.

Lembro que um dos primeiros casos que atendi, em meados de 2015, foi a partir do contato de uma professora de uma escola de Ensino Fundamental que relatou uma situação de dificuldades de comunicação com um aluno migrante. Logo, foi realizada uma visita na escola para compreender da situação. Após, foi feita visita domiciliar a família do aluno migrante. E foi possível observar que a mudança do processo de migração havia causado um impacto no menino e na família também. Longe do pai por quatro anos (que havia migrado para o Brasil anteriormente) o menino, a mãe e a irmã saíram do seu país de origem pelo processo de reunião familiar. Para a escola, a situação com o menino migrante estava sendo totalmente nova e desafiadora.

*O que fazer para colaborar no processo de adaptação do menino migrante ao novo ambiente sociocultural da escola brasileira?* Na época, casos como desse menino migrante pareciam casos isolados até que a presença de criança migrante na escola começou a ter maior expressividade nos fluxos de deslocamento. No cotidiano dos atendimentos que realizava foi possível observar o aumento de crianças migrantes, à medida que as famílias conseguiam a documentação regular de residência<sup>3</sup>. Também foi possível observar mudanças nas características de alguns fluxos migratórios, de migração de indivíduos para migração de famílias.

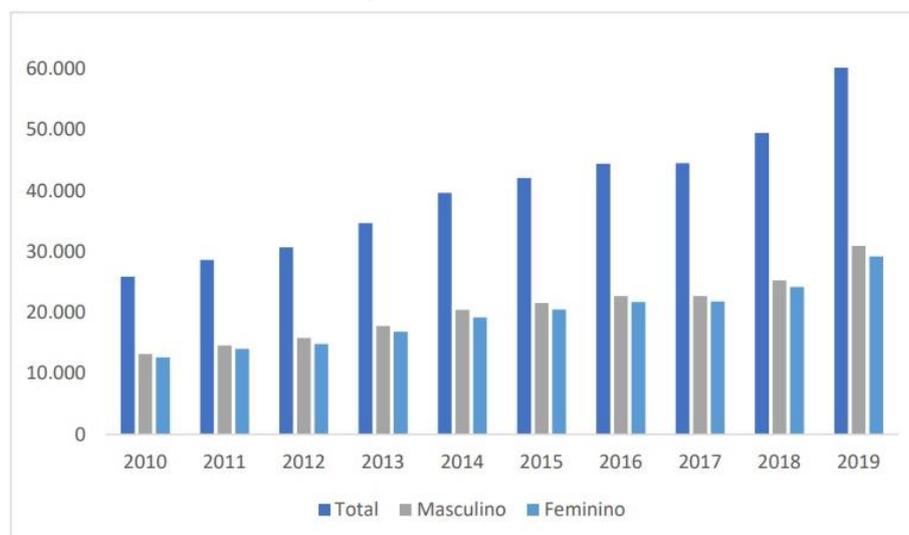
---

<sup>3</sup> A Portaria Interministerial nº12 de 14 de junho de 2018 define as regras para a concessão de visto para a reunião familiar.

De acordo com o relatório anual de 2020 do OBMigra foram registrados 1.085.673 migrantes no Brasil no período entre 2011 e 2019. Dentre esses, havia “mais de 660 mil imigrantes de longo termo (cujo tempo de residência é superior a um ano), população composta principalmente por pessoas oriundas da América Latina, com destaque para haitianos e venezuelanos” (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2020, p.9). No mercado de trabalho, o relatório aponta que houve um crescimento do número de migrantes registrados com trabalho formal; em 2010 havia 55.100, já em 2019, esse o número de registro de trabalhadores migrantes passou para 147.700. Quanto ao número de crianças migrantes na escola brasileira, o relatório foi dividido entre as etapas da Educação Básica, do Ensino Infantil, do Ensino Fundamental, do Ensino Médio, da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM).

Em relação ao Ensino Fundamental, “a série histórica analisada sinaliza a tendência crescente do volume de matrículas de alunos imigrantes nessa etapa de ensino, revelando a ampliação na oferta de vagas, cujo resultado foi um aumento de 132,5 % na comparação entre os anos de 2019 e 2010” (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2020, p. 2019). No Gráfico 1<sup>4</sup> aponta o número de alunos migrantes matriculados no Ensino Fundamental no Brasil, no período entre 2010 e 2019.

Gráfico 1 – Número de alunos migrantes no Ensino Fundamental entre 2010 e 2019



Fonte: Relatório Anual de 2020 OBMigra. Cavalcanti; Oliveira; Macedo (2020, p. 220)

<sup>4</sup> Elaboração do gráfico pelos autores (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2020, p. 220). Relatório disponível em: [\\*OBMigra RELATÓRIO ANUAL 2020.pdf \(mj.gov.br\)](https://migracao.gov.br/obmigra-relatorio-anual-2020.pdf).

Nesse mesmo relatório, os autores apresentam dados acerca da matrícula de migrantes em 2019 caracterizados por nacionalidade, idade, esfera administrativa e Unidade da Federação. O panorama geral dos alunos migrantes em 2019, período pré-pandemia, de acordo com o relatório anual de 2020 do OBMigra<sup>5</sup> apontava que havia um total de 60.177 matrículas de alunos migrantes no Brasil, e que, dessas, as principais nacionalidades dos alunos eram: 13.824 eram alunos venezuelanos; 6.359 eram bolivianos; 5.170 eram oriundos dos Estados Unidos; 4.914, de alunos haitianos; 4.742 de portugueses; 2.819, de paraguaios; 2.768 eram japoneses; 2.201 eram espanhóis; 2.170 eram alunos argentinos; 1.790, colombianos; e 13.420 eram de alunos de outras nacionalidades. De acordo com a esfera administrativa, o relatório apresenta que das 60.177 matrículas de alunos migrantes no Ensino Fundamental em 2019, 25.249 eram da Rede Municipal de Ensino; 20.391 eram da Rede Estadual; 14.500, da Rede Privada; e apenas 37 eram da Rede Federal de Educação.

O principal Estado da Federação que recebeu alunos migrantes foi o estado de São Paulo com mais de 10 mil matrículas; seguido de Roraima, Santa Catarina, Paraná e Minas Gerais com o número de matrículas entre 4.000 e 10.000; em terceiro lugar estão Amazonas (AM), Rondônia (RO), Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS), Goiás (GO), Distrito Federal (DF), Espírito Santo (ES), Rio de Janeiro (RJ) e Rio Grande do Sul (RS) com 1.000 a 4.000 matrículas; Os demais estados registraram um número de matrículas de alunos migrantes inferior a 1.000. De acordo com a Figura 2, é possível observar a distribuição das matrículas dos alunos migrantes de acordo com as Unidades da Federação, segundo os dados de 2019.

---

<sup>5</sup> Dados extraídos do Relatório Anual 2020 do OBMigra e de Cavalcanti; Oliveira; Macedo (2020, p. 219 – 224)



crianças e adolescentes separados ou desacompanhados, encontrados em pontos de fronteira que não conseguiam encaminhar sua documentação de residência por falta de documentação sua ou de seus pais ou responsáveis. Menores expostos à maior risco social. Assim, a urgência da inclusão dessas criança na escola é um elemento de proteção e de acompanhamento da criança imigrante, na perspectiva do superior interesse da criança sustentado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O tema do aluno imigrante na escola tange à garantia dos direitos fundamentais da criança, independente da sua condição migratória.

Diante dessa realidade, surgiu a motivação para iniciar essa pesquisa e desenvolver um material de reflexão e diálogo com a escola sobre as crianças imigrantes. Utiliza-se a palavra *diálogo* no sentido, de troca, de construção de estratégias a partir de reflexões sobre esse fenômeno complexo que é a migração e a realidade que se apresenta no cotidiano da escola.

Mesmo com a diversidade de fluxos migratórios ao longo da história da constituição do Brasil, os novos fluxos migratórios têm características próprias da contemporaneidade e se intensificam em especial, na fronteira Norte do País, a partir de 2010, com a chegada de migrantes haitianos que buscavam acolhimento após a difícil situação que se instaurou no país depois do terremoto. A partir de então, a política migratória brasileira, pautada pelo Estatuto do Estrangeiro (1980) é colocada em prova com novas demandas e desafios, os quais não correspondia mais à nova realidade.

A cidadania e o acesso aos direitos básicos são uma luta constante quando se trata de migração. Até a vigência do Estatuto do Estrangeiro (Lei n.º 6.815/1980) promulgado durante o regime militar, a legislação havia um caráter excludente, diferenciando os não nacionais perante a lei. Após a aprovação da Constituição Federal de 1988, o Estatuto do Estrangeiro continha artigos que restringiam os direitos fundamentais dos migrantes e que eram contrários aos princípios da Constituição Federal brasileira de 1988.

O art. 48 do Estatuto do Estrangeiro (Lei n.º 6.815/1980) restringiu o acesso ao ensino público e privado de imigrantes não registrados e não documentados em todo o território nacional. Consequentemente, as crianças imigrantes, sem documentação legal não podiam acessar a escola. Um número imensurável de crianças imigrantes foi impedido de estudar e obter os diplomas da Educação Básica no Brasil, fato que contribuiu para a invisibilidade e vulnerabilidade dessa população ao longo da história do País.

Como se pode observar, a inclusão de crianças migrantes é uma conquista recente, que teve sustentação com a aprovação da Constituição Federal de 1988, no Estatuto da

Criança e do Adolescente de 1990 (Lei 8.069/1990) e nas resoluções estaduais dos Conselhos de Educação, assim como na luta das organizações da sociedade civil pela garantia do acesso à escola.

Os novos fluxos migratórios lançam desafios às políticas públicas de saúde, assistência social, educação e demais serviços públicos e privados. Diante da necessidade de uma mudança na Política Migratória, a Lei 13.445 é aprovada no dia 24 de maio de 2017, garantindo o acesso aos direitos fundamentais dos migrantes em todo o território nacional, entre eles o direito ao acesso à educação independente da condição migratória das crianças migrantes. Garantia que foi posteriormente implementada por portaria e resoluções sobre a matéria.

Assim, tendo garantido o acesso ao ensino regular aos migrantes, a questão da inserção de migrantes na escola toma outras dimensões como o acolhimento e a integração. O acesso à matrícula escolar não é o único desafio para a inserção do aluno migrante. As diversidades cultural e linguística, bem como, a busca por equivalência dos estudos realizados no país de origem e a adaptação ao ambiente escolar são dificuldades constantes nesse processo.

A situação emergencial da migração venezuelana no Estado de Roraima demonstra a importância do tema da inserção do aluno migrante na escola. Nos Estados de fronteira (RR), devido ao grande fluxo de venezuelanos no Brasil, muitas crianças e adolescentes venezuelanos estão fora do sistema escolar regular. De acordo com o UNICEF 254.769 venezuelanos entraram no Brasil entre 2015 e março de 2019; cuja estimativa é que havia 9.583 crianças em situação de vulnerabilidade, e dentre essas, 8.306 crianças em idade escolar que precisavam ser incluídas no ensino regular (UNICEF, 2019). De acordo com nota veiculada no site da organização internacional:

um dos maiores desafios enfrentados no local é a capacidade de absorção dos serviços públicos locais, como nas áreas de saúde e educação, que já possuíam grandes demandas antes da entrada dos migrantes. A documentação das crianças também é um problema, já que a falta de identidade, histórico escolar ou documento de guarda dificulta o acesso a serviços, privando meninas e meninos de direitos básicos. O acesso à educação formal é limitado, pois poucas vagas estão disponíveis nas escolas existentes. (UNICEF, 2019)

Nesse sentido, é possível observar que o tema “criança migrante na escola” é um debate que deve ser realizado nos âmbitos nacional, estadual e federal de acordo com o contexto que se apresenta em cada esfera. Por esse motivo, o estudo apresentado busca

compreender a inserção do aluno migrante na Rede Municipal de Ensino da cidade de Caxias do Sul pela compreensão crítica da migração contemporânea e suas características, a partir da perspectiva histórica das migrações para a cidade.

### 3 MIGRAÇÕES E MIGRANTES: MOBILIDADES CONSTANTES

Para a realização deste estudo, é necessário esclarecer conceitos utilizados na análise acerca da imigração. Os principais autores que fundamentam a pesquisa foram selecionados a partir das teorias sobre migração que permitem a compreensão das questões que envolvem o fenômeno migratório como a mobilidade, os deslocamentos, as motivações dos deslocamentos, a condição dos migrantes no país de recepção, os problemas enfrentados com as famílias e as circunstâncias que passam devido a questões de identidade e cultura. São eles: Sayad (1998), considerado um clássico dos estudos migratórios, Becker (2010), estudiosa das migrações, Patarra (2006) que tem contribuído para a análise dos fenômenos migratórios no Brasil, juntamente com Baeninger e Peres (2017), Handerson (2015), Sasaki e Assis (2000).

O conceito de imigrante é central para os estudos sobre migração e Sayad (1998)<sup>6</sup> traz importantes reflexões sobre o imigrante. Segundo Sayad (1998) é preciso considerar que a migração não é apenas um objeto de pesquisa, mas também, é um problema social. Observa que a migração tem dois movimentos simultâneos para o migrante que está em mobilidade humana; em primeiro lugar está saindo de seu país de origem, e, portanto, é um *emigrante*, ao mesmo tempo que está chegando em outro país, local no qual será considerado um *imigrante*.

Sayad (1998) revela que a migração esconde de si uma dupla contradição que oscila entre “o estado provisório que se define pelo direito e a situação duradoura que se caracteriza pelo fato” (1998, p. 45). Essa situação controversa que muitas vezes coloca a pessoa em mobilidade humana numa situação temporária permanentemente e outras numa situação de permanente estado provisório. Explicita:

Por não conseguir sempre pôr em conformidade o direito e o fato, a imigração condena-se a engendrar uma situação que parece destiná-la a uma dupla contradição: não se sabe mais se se trata de um estado provisório que gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro, mas que se gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriedade. (SAYAD, 1998, p.45)

Sayad (1998) afirma que essa contradição é constitutiva da própria condição de ser imigrante e impõe a manutenção de uma ilusão coletiva tanto para o imigrante quando para a

---

<sup>6</sup> A obra *Imigração ou paradoxos da alteridade* de Abdelmalek Sayad (1998) é um clássico dos estudos migratórios onde o autor mostra toda a fundamentação sobre o fenômeno migratório. Sayad é um autor crítico do campo da sociologia, que revela as dinâmicas das relações sociais e a condição do sujeito imigrante na mobilidade humana, em especial aquelas que são dissimuladas em contradições.

sociedade de imigração. Essa situação é evocada todas as vezes que há reivindicação de direitos fundamentais dos migrantes, ou de melhores condições de trabalho. Essa dinâmica de constante provisoriidade, que a sociedade de imigração “nega-lhe todo direito a uma presença reconhecida como permanente, ou seja, que exista de outra forma que não na modalidade de provisório contínuo e de outra forma que não na modalidade de uma presença apenas tolerada” (SAYAD, 1998, p. 46). Essa lógica que Sayad revela pode ser observada quando ocorre a negativa de direitos fundamentais, por exemplo, como apresentado acima a situação que o já revogado Estatuto do Estrangeiro (1980) negava o acesso à educação de crianças e adolescentes migrantes não documentados.

A relação entre imigração e trabalho é bem estreita para Sayad (1998), que compreende que para a sociedade de imigração, o imigrante é como um ser que, nesta condição de temporário, é essencialmente “uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito” (1998, p. 54). O autor afirma que mesmo que a situação mude, se a pessoa é um imigrante, “continua sendo um trabalhador definido e tratado como provisório, ou seja, revogável a qualquer momento” (1998, p.55). Essa dinâmica parece como uma forma de manutenção da própria condição de migrante na sociedade de recepção.

A observação de Sayad é importante para compreender a realidade da migração em Caxias do Sul, já que as migrações nessa área se devem a fatores do trabalho, o que pode caracterizar como migrações laborais. Nesse contexto, os fundamentos de Sayad (1998) são pertinentes já que ajudam a entender que aquele que busca trabalho aceita as condições postas e aquele que recebe define as regras. A permissão de estada ou residência no país de destino do migrante, também está sujeita ao trabalho. Para Sayad (1998), “foi o trabalho que fez nascer ‘o imigrante’” (1998, p. 55). No entendimento do autor, não se trata de qualquer trabalho, Sayad (1998) considera que há “mercado de trabalho para imigrantes” (1998, p. 55). Nesse sentido, Sayad (1998) afirma que o imigrante desaparece concomitantemente com o desaparecimento do trabalho para imigrantes.

Afim, um imigrante só tem razão de ser no modo de provisório e com a condição de que se conforme ao que se espera dele; ele só está aqui e só tem sua razão de ser pelo trabalho e no trabalho; por que se precisa dele, enquanto se precisa dele, para aquilo que se precisa dele e lá onde se precisa dele. (SAYAD, 1998, p.55)

Além dessas duas condições essenciais do imigrante, Sayad (1998) considera que a pesquisa sobre imigração também é uma pesquisa sobre a constituição da imigração como problema social e como objeto de pesquisa sociológica. A imigração é um objeto que recai

várias “representações coletivas” (SAYAD, 1998 p. 57). Em regiões onde o trabalho é intensivo, as representações de que o migrante seja um trabalhador exaustivo preponderam.

Sayad (1998) afirma que todas essas categorizações de imigrante são geradas pelo “estatuto político que é próprio do imigrante enquanto ele não é apenas um *alógeno*, mas, mais do que isso, um ‘não-nacional’ que, a esse título, só pode estar excluído do campo político” (1998, p. 57). O autor também aborda o tema dos custos e benefícios do imigrante para a sociedade de acolhida, que só o aceita se os benefícios forem maiores que os custos sociais que o imigrante pode causar.

O que Sayad (1998) revela é que pode sugerir a ideia de uma não-cidadania, ou seja, a ideia de igualdade de tratamento entre nacionais e estrangeiros está no plano das ideias, dos ideais, mesmo que conste na legislação nacional.

Contradições em relação ao imigrante, de acordo com Sayad (1998), são mais evidentes em épocas de crise econômica e desemprego, momento em que é mais visível os “custos” e “vantagens” da migração e do imigrante. O autor destaca que custos e benefícios devem ser entendidos “em todos os sentidos do termo (não apenas no sentido econômico)” (SAYAD, 1998, p.48).

Essas dinâmicas da condição do imigrante na sociedade de recepção, aponta Sayad (1998), acabam por criar sentimentos de medo, angústia e insegurança de ameaças constantes de expulsão em massa. Parece como um mecanismo de barganha e controle social da migração de acordo com o contexto social e econômico. Mecanismo que, de acordo com Sayad (1998), tenta sempre aumentar as vantagens em detrimento dos custos da presença de imigrantes em razão das necessidades da sociedade de recepção.

Nessa direção, Becker<sup>7</sup> (2010) afirma que a migração em contextos variados e escalas espaciais diferenciadas conferem complexidade cada vez maior ao conceito de mobilidade humana. Becker (2010) faz a comparação da migração como uma “função de espelho” utilizada por Simon (1991) para demonstrar que a migração é uma questão que incomoda a sociedade de emigração, assim como, de imigração, desempenhando muitas vezes, uma função de rever os problemas de uma determinada sociedade. Sayad (1998) também aponta esse paradoxo da migração, o incomodo causado pelos deslocamentos, há um

---

<sup>7</sup> Olga Maria Shild Becker (2010) no capítulo intitulado —Mobilidade Espacial da População: Conceitos, Tipologia, Contextos, que compõem o livro *Explorações geográficas: percursos no fim do século*, organizado por Ená Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa, aborda alguns aspectos teóricos sobre a migração, tais como conceitos e concepções teóricas, bem como o papel das migrações na construção histórica dos espaços, bem como as perspectivas de mobilidade da força de trabalho.

descontentamento por parte da sociedade de origem com a saída de um membro da comunidade, assim como, para a sociedade de recepção do imigrante.

Nesse sentido, Becker (2010) afirma que a migração é um fenômeno que não revela apenas aspectos sobre as trajetórias e percursos, mas revela aspectos sociais, econômicos, políticos e globais, além de falar do contexto histórico dos países de emigração e dos países de imigração. Para essa autora, a migração é definida como “mobilidade espacial da população. Sendo um mecanismo de deslocamento populacional, reflete mudanças nas relações entre as pessoas (relações de produção) e entre essas e o seu ambiente físico” (BECKER, 2010, p. 323).

No contexto das migrações no Rio Grande do Sul e na cidade de Caxias do Sul, há uma tendência de entender a migração no sentido do capital. Becker (2010) considera que a mobilidade humana, muitas vezes, é forçada pelas pressões e demandas do capital (BECKER, 2010 p. 324). De acordo com Becker (2010) é necessário levar em consideração os imperativos e os pressupostos da globalização e do neoliberalismo econômico que faz por sua vez, surgir novas configurações de organização do trabalho. Becker (2010) reflete sobre a relação entre a mobilidade humana e a mobilidade da força de trabalho, conforme postula:

O capital pode escolher a força de trabalho onde melhor lhe convier e da forma que lhe for ainda mais rentável, pois crescem de forma assustadora os estoques de população excedente. Essa categoria tem sido historicamente reconhecida como estrutural nas economias do Sul. (2010, p. 324)

A migração, de acordo com Becker (2010), deve ser analisada não como um fato isolado ou uma escolha individual do migrante, mas como um resultado das transformações globais características do período que ocorre e que devem ser a identificação dos limites da sua configuração histórica.

Na visão crítica, as migrações são historicamente condicionadas; condicionadas por fatores econômicos, políticos, sociais, ambientais e pelas dimensões locais, nacionais e globais. As migrações na era da globalização tomam uma dimensão diferente, tanto pela dimensão dos fluxos migratórios, quanto pela determinação dos locais de destino ou motivos que levam à mobilidade humana. Nos estudos realizados por Singer (1973) acerca das migrações internas, o autor lembra que é “fenômeno social, historicamente condicionado, resultado de um processo global de mudanças, do qual não devem ser separadas” (SINGER, 1973, p. 31), e destaca a importância de iniciar os estudos pela identificação “dos limites da configuração histórica que dão sentido a determinado fluxo migratório, para melhor

compreendê-lo ” (SINGER, 1973, p. 31). Desta maneira, Singer (1973) formula a hipótese do caráter histórico das migrações internas que explica por que algumas teorias migratórias se aplicam a determinados fluxos migratórias e não encontram correspondência na explicação de outros fenômenos de migração. Por esse motivo, a presente pesquisa busca compreender o fenômeno migratório contemporâneo sob a ótica da globalização e seus impactos locais e globais.

Nessa direção, Patarra (2006)<sup>8</sup> destaca as transformações globais a partir da década de 10 com o início da globalização, para a pesquisadora, as novas modalidades de migração, no contexto da globalização demandam a reconsideração dos paradigmas dos estudos migratórios, assim como, e a incorporação de novas dimensões explicativas.

Sasaki e Assis<sup>9</sup> (2000) também afirmam que “a transformação da estrutura do mercado de trabalho está intimamente relacionada com as mudanças que também ocorreram na organização industrial. É o que Sassen chama de ruptura da estrutura tradicional do trabalho.” (SASAKI; ASSIS, 2000, p. 9). Sasaki e Assis (2000) afirmam que Sassen (1988) fez crítica a várias teorias migratórias ao demonstrar o impacto da reorganização econômica mundial e o gatilho da mobilidade humana global, conforme citação que segue:

Criticando pressupostos implícitos em vários estudos da migração, Sassen (1988) demonstrou que, embora seja inegável que a pobreza, desemprego e super população possibilitam as migrações, é também necessário identificar os processos que transformam essas condições, criando uma situação que leva à migração. Tais processos estão relacionados com a reorganização da economia mundial nas duas últimas décadas, resultando na formação de um espaço transnacional, onde a circulação de trabalhadores é apenas um dos fluxos dentre outros, como os de capital, mercadorias, serviços e informações. Nesse sentido, diante da internacionalização da produção e da reorganização da economia mundial, o investimento estrangeiro é uma das variáveis para entendermos os fluxos das migrações internacionais. (SASAKI; ASSIS, 2000, p. 8)

Outra questão à qual Patarra (2006) chama a atenção é para o contexto dos compromissos internacionais assumidos pelos Estados em acordos e tratados internacionais para o cumprimento das garantias de direitos humanos dos imigrantes. Destaque se dá à a Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 e Protocolo de 1967 que estabelecem as diretrizes para a proteção dos refugiados e apátridas; Convenção

---

<sup>8</sup> Neide Lopes Patarra foi pioneira nos estudos migratórios internacionais contemporâneos. Foi pesquisadora de estudos populacionais da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Escola Nacional de Ciências Estatísticas IBGE.

<sup>9</sup> Citação direta conforme artigo de Sasaki e Assis (2000). As autoras fazem referência à Sassen (1988).

sobre o Estatuto dos Apátridas 1960; à Convenção Americana de Direitos Humanos<sup>10</sup> de 1969; à Declaração de Cartagena de 1984; à Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989; à Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias (1990); ao Plano de Ação da Conferência de Cairo (1994) entre outros. Para Patarra é necessário discutir:

quais os grupos sociais contemplados nas políticas oficiais ancoradas em direitos humanos; é preciso reconhecer, neste contexto, que os movimentos migratórios internacionais representam a contradição entre interesses de grupos dominantes na globalização e os Estados nacionais, com a tradicional óptica de sua soberania; há que tomar em conta as tensões entre os níveis de ação internacionais, nacional e local. Enfim, há que considerar que os movimentos migratórios constituem a contrapartida da reestruturação territorial planetária intrinsecamente relacionada à reestruturação econômico-produtiva em escala global. (2006, p. 8)

De acordo com Sasaki e Assis (2000), os pressupostos da Escola de Chicago<sup>11</sup> foram questionados ao passo que a ideia de *melting pot* não se consolidou, a realidade da imigração nos Estados Unidos acabou gerando o fortalecimento de grupos de imigrantes vistos como grupos étnicos distintos, dinâmica que ocorreu em outros períodos e em diferentes fluxos migratórios. Sasaki e Assis (2000) trazem para a discussão as consequências do processo migratório e apontam análises que fazem crítica à Escola de Chicago quando demonstram que o modelo proposto por essa escola ignorava “as diferenças resultantes dos processos de colonialismo e imperialismo, que configuravam os vários fluxos migratórios” (SASAKI; ASSIS, 2000, p. 4). As autoras afirmam que:

Ao longo dos anos 50, uma das consequências das transformações políticas e econômicas do período pós-guerra, ocorreu uma reconfiguração dos fluxos migratórios internacionais. Novos grupos migrantes, tais como latino-americanos, asiáticos e outros não brancos, entraram no *melting pot* e evidenciaram a persistência dos grupos étnicos, o que colocou em questão os pressupostos assimilacionistas. (2000, p. 4)

No que se refere às migrações internacionais no contexto da globalização, um dos conceitos importantes que foram utilizados na análise é o conceito de “redes sociais” e da “transnacionalização das migrações” que enfatizam a dimensão das múltiplas relações que os imigrantes estabelecem no processo de mobilidade humana, tanto no local onde vivem quanto no seu país natal. Sasaki e Assis (2000), com base em Massey (1990), afirmam que “as redes

<sup>10</sup> Também conhecido como “Pacto de San José da Costa Rica”.

<sup>11</sup> A Escola de Chicago analisou os processos de migração de europeus para os Estados Unidos no século XIX e início do século XX, de acordo com Sasaki e Assis (2000), o foco de análise foram a adaptação e a assimilação culturais dos migrantes na sociedade de recepção.

migratórias compõem um conjunto de laços sociais que ligam a comunidade de origem a específicos pontos de destino nas sociedades receptoras” (SASAKI; ASSIS, 2000, p.10). De acordo com Sasaki e Assis (2000) os laços formam uma rede complexa de papéis sociais entre imigrantes e não imigrantes tanto no país de origem quanto no país receptor.

A autoras afirmam que as redes sociais entre imigrantes minimizam os riscos dos deslocamentos de longa distância, revelam a extensão da ajuda mútua entre imigrantes, e evidenciam a dinâmica social particular entre imigrantes e não migrantes. Para elas outro fator importante na compreensão das redes sociais na migração conforme as pesquisas de Massey (1990), Tilly (1990) e Boyd (1986), é observar a solidariedade no interior dos grupos migrantes, aspectos que configuram e fortalecem suas funções. As redes sociais, de acordo com Sasaki e Assis (2000) evidenciam que os migrantes mantêm múltiplas relações com conacionais e com a sociedade de imigração, demonstrando assim, a característica transnacional dos fluxos migratórios.

As estudiosas postulam que teorizar as migrações como processos transnacionais é entender que o imigrante na sua vida cotidiana mantém tanto relações no país de destino da migração, quanto com o país de origem. Como as autoras afirmam “a transnacionalização, mais do que um conceito, significa estar em dois lugares” (SASAKI; ASSIS, 2000. p. 16). De acordo com as pesquisadoras, o migrante vive a fragmentação entre a vida cotidiana no local de origem e os laços que os mantêm ligados ao país natal, local em que constrói seus projetos de longo prazo.

Outro aspecto sobre a relação das redes sociais e identidade étnico-cultural nas migrações transnacionais é abordado por Sasaki e Assis (2000):

As redes também transformam as categorias existentes. Os emigrantes levam consigo suas identidades étnicas que se alteram no contexto de migração, nas relações com a sociedade de destino e com outros grupos de migrantes. Assim, alguns elementos de identidade do país de origem são eleitos, negociados e reconstruídos no contexto de migração. Portanto, ao invés de um “transplante” coletivo, há uma recriação seletiva de laços sociais (Tilly 1990:86). (2000, p. 11)

Tais reflexões teóricas nos ajudam a compreender a complexidade dos atuais fluxos migratórios transnacionais no contexto da globalização. Cada fluxo migratório tem características próprias, e o aporte teórico nos mostra aspectos a partir de diferentes prismas. A questão da globalização e das migrações é uma preocupação que concerne aos estudos migratórios desde o início do século XXI. Santos (2005) afirma que existem várias

globalizações - não apenas uma globalização, ao contrário do que muitos teóricos afirmam – que afetam diferentemente os países centrais e os países periféricos de maneiras distintas.

### 3.1 MIGRAÇÕES RECENTES E GLOBALIZAÇÃO

Como foi possível observar acima, as teorias da migração abordam aspectos importantes para ter uma compreensão do fenômeno da migração em especial no contexto da globalização. Patarra (2006) destaca a importância para a compreensão das transformações globais que aconteceram a partir da década de 80 com o início da globalização até o tempo presente. As novas migrações que ocorrem no contexto da globalização, de acordo com Patarra (2006), precisam ser reconsideradas levando em consideração os novos paradigmas e as novas dimensões explicativas.

O exemplo da inter-relação da globalização e as migrações internacionais é o panorama da crise migratória e da crise dos refugiados que atinge proporções cada vez maiores no mundo. De acordo com o Relatório Global da Migração de 2020 da Agência das Nações Unidas para as Migrações (OIM)<sup>12</sup>. O número total de imigrantes internacionais em 2019 foi de 272 milhões de pessoas, ou seja, 3,5% da população mundial. Os dados da organização internacional revelam que 52% são homens e 48% são mulheres. Em média, 74% de todos os imigrantes internacionais possuem entre 20 e 64 anos, ou seja, a maior parte é composta de uma população economicamente ativa.

De acordo com a relatório OIM (2020) a população de refugiados reconhecidos era 25,8 milhões em 2018, destes 20,4 milhões estavam sob a proteção do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)<sup>13</sup>. De 25,8 milhões de refugiados, 52% estão abaixo de 18 anos de idade. Estimativas da OIM apontam que há aproximadamente 31 milhões de crianças migrantes, e em média 13 milhões de crianças refugiadas. O relatório informa que, enquanto a maioria dessas crianças tem uma mobilidade segura, através de processos de reunião familiar, outras tantas, ainda passam por caminhos ilegais e estão expostas há diversos perigos e violações de direitos humanos. Outro dado que alarmante é a

---

<sup>12</sup> Dados apresentados foram extraídos do Relatório Global da Migração de 2020 da Agência das Nações Unidas para as Migrações. Disponível em: <https://brasil.un.org/> Acesso em 11 nov. 2020.

<sup>13</sup> É importante ressaltar, quando se trata da categoria de refugiados, que o número apresentado se refere ao número de refugiados reconhecidos pelos países de imigração dos refugiados. Há muitas pessoas que se encontram em situação de solicitação do reconhecimento de refúgio pelo Estado que buscam proteção. Especificamente o refúgio não é uma concessão de residência apenas, é uma categoria de proteção de um Estado que analisa a situação individual de um nacional de outro Estado, o qual não consegue promover a garantia da vida de seu cidadão, por motivos de perseguição política, étnica, nacionalidade, orientação sexual ou identidade de gênero.

quantidade de crianças que estão no processo de migração desacompanhada ou separada de seus pais ou responsáveis legais. O Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF (2021) alertou sobre o aumento no número de crianças e adolescentes que estão em situação de migração e refúgio separados ou desacompanhados dos pais em situação de vulnerabilidade e risco social. Em notícia publicada no *site* da organização<sup>14</sup>, o UNICEF registrou em 1.577 crianças desacompanhadas de seus responsáveis legais e sem documentos em 2020, e no primeiro semestre de 2021 já havia 1.071 crianças e adolescentes que migraram sem seus familiares.

O relatório da OIM (2020) atribui a expansão do número de migrantes e refugiados no mundo às mudanças globais contemporâneas. Para compreender os impactos das mudanças globais nos fenômenos migratórios é necessário compreender o fenômeno da globalização e o efeito na economia, na política, e nas relações sociais dos diferentes países do mundo. A globalização, de acordo com Santos (2005), é um processo heterogêneo que afeta de formas diferentes Estados Centrais em contrapartida aos Estados Periféricos.

Como já dito, para Santos (2005), há vários processos de globalização, não apenas um, entretanto há uma globalização que se sobrepõe às demais, a globalização hegemônica. Santos (2005) postula que a globalização hegemônica segue os pressupostos estabelecidos no Consenso de Washington, assinado pelos Estados Unidos em 1989, após o Fim da Guerra Fria e a Queda do Muro de Berlim. As recomendações do Consenso de Washington versam sobre política, economia, instituições e cultura no interior dos países.

Santos (2005) refere-se à maneira assimétrica com que os impactos da globalização hegemônica atingem os países periféricos, que estão à margem da globalização hegemônica, ou seja, o modo como ocorre a inclusão dos países periféricos nos processos de globalização hegemônica está maneira subordinado às regras ditadas pelos países centrais. Desse modo, o impacto nos países periféricos ocorre como o resultado da operação dos países hegemônicos.

Pode-se compreender a relação entre os processos de globalização e o aumento da desigualdade econômica nos países em desenvolvimento, e conseqüentemente o aumento de conflitos e problemas sociais, políticos e ambientais nos países não centrais da economia global.

O aumento dramático das desigualdades entre países ricos e países pobres e, no interior de cada país, entre ricos e pobres, a sobrepopulação, a catástrofe ambiental,

---

<sup>14</sup> Notícia disponível em: [UNICEF acolhe crianças e adolescentes desacompanhadas na fronteira entre Venezuela e Brasil | As Nações Unidas no Brasil](#)

os conflitos étnicos, a migração internacional massiva, a emergência de novos Estados e a falência ou implosão de outros, a proliferação das guerras civis, o crime globalmente organizado, a democracia formal como uma condição política para a assistência internacional. (SANTOS, 2005, p. 26)

*Qual a relação entre globalização e a crise migratória? Há alguma relação direta ou indireta entre a globalização e o aumento do número de pessoas em mobilidade humana?* Como podemos compreender, a partir de Santos (2005), as causas da crise migratória parecem ter raízes muito mais profundas e interligadas, que ficam submersas e podem aparentar que os deslocamentos humanos se referem a fatos isolados. Entretanto, as mudanças globais têm impacto direto na mobilidade humana, já que Santos (2005) nos ajuda a compreender as dinâmicas das relações globais a partir dos paradigmas da globalização, e das transformações mundiais.

Santos (2005) observa também maior interligação entre o *local* e o *global* e a diluição das fronteiras do Estado-nação. Herédia (2019) faz uma reflexão acerca desses processos globais, nos termos de Santos (2005), e das imigrações internacionais para a cidade de Caxias do Sul, que tomaram novas formas e dinâmicas a partir de 2010:

No contexto colocado por Boaventura dos Santos, não apenas os de fora estão ameaçados, mas também a cultura da sociedade local enfrenta ameaças frente a força das sociedades globais. No enfrentamento dessas duas forças, como se analisa a questão migratória que nasce desse movimento, feito pelo capital como uma nova divisão do trabalho, onde os ricos e pobres se separam e onde o capital não tem fronteiras, mas o trabalhador sim. (HERÉDIA, 2019, p. 7)

Nesse contexto, o relatório global da migração de 2020, da OIM (2020) faz uma comparação entre os dados do primeiro relatório global da organização em 2000 com os dados globais do relatório de 2020. Em 2000, a OIM havia registrado 150 milhões de imigrantes no mundo, no relatório de 2020 esse número subiu para 272 milhões de pessoas que saíram de seu país de origem para viver em outro. De acordo com o relatório em 2020 13,9% dos migrantes internacionais eram crianças. Ou seja, em média 37.808.000 de crianças no mundo estão em situação de deslocamento. No Quadro 1 observamos um quadro comparativo entre os relatórios da organização (OIM, 2020, p. 10).

Quadro 1 – Quadro comparativo dos Relatórios da OIM de 2000 a 2020<sup>15</sup>

<b>Dados</b>	<b>Relatório 2000</b>	<b>Relatório 2020</b>
Número estimado de migrantes internacionais	150 milhões	272 milhões
Estimativa da população mundial que é migrante	2,8%	3,5%
Estimativa de mulheres migrantes no mundo	47,5%	47,9%
Estimativa de crianças migrantes no mundo	16%	13,9%
Número de trabalhadores migrantes	-	164 milhões
Número de refugiados no mundo	14 milhões	25,9 milhões
Número de deslocados internos no mundo	21 milhões	41,3 milhões
Número de apátridas no mundo	-	3,9 milhões

Fonte: OIM (OIM, 2020, p. 10) adaptado pela autora.

O Relatório *Global Trends in Forced Displacement in 2020* do UNHCR (2020), revela que em 2020 havia 26.4 milhões de refugiados no mundo. O relatório também aponta que entre 2018 e 2020 1 milhão de crianças no mundo nasceram na condição de refugiados<sup>16</sup>. No Relatório de 2020 da OIM (2020), a instituição informa que:

o primeiro Relatório Global da Migração declara que parte da origem da migração internacional deve aos efeitos da globalização e da economia cada vez mais globalizada, fato que levou a um fluxo sem precedentes de pessoas recém-chegadas em muitos países. [...] O relatório destaca o fato de que, apesar de ser um fenômeno antigo, a migração foi acelerada como parte das transformações mais amplas da globalização dos processos econômicos e comerciais, que permitiam maior movimentação de mão de obra, além de bens e capital<sup>17</sup>. (2020, p.9)

A análise de Patarra e Baeninger (2004) colabora para a compreensão dos dados apresentados pelo Relatório, ou seja, que as migrações internacionais derivam de processos macroestruturais de reestruturação produtiva no contexto da globalização. Patarra e Baeninger (2004) afirmam que diante do fenômeno da globalização, é necessário reavaliar os paradigmas e definições das migrações internacionais; é necessário levar em consideração o contexto dos movimentos internacionais de Direitos Humanos dos migrantes; assim como o papel dos Estados nacionais e na garantia da efetivação das políticas sociais em consonância com os movimentos internacionais; e também levar em consideração as tensões entre os diferentes

<sup>15</sup> Tradução própria. Dados do relatório acima citado foram adaptado pela autora.

<sup>16</sup> Tradução própria. Texto original: “1 million children were born as refugees. UNHCR estimates that between 2018 and 2020, an average of between 290,000 and 340,000 children were born into a refugee life per year” (UNHCR, 2020, p.3)

<sup>17</sup> Tradução própria.

níveis de atuação que estão cada vez mais interligados. Elas sintetizam essa perspectiva no parágrafo que segue:

Com a velocidade das transformações tecnológicas (Castells, 1999); com a compressão do espaço e do tempo (Harvey, 1992); com a nova conformação da hierarquia urbana internacional (Sassen, 1988); com a consolidação de redes de lugares e dos lugares de redes (Benko e Lipietz, 1994); com a intensidade e diversidade dos deslocamentos populacionais, que definem e redefinem espaços transnacionais (Glick e Schiller, 1997), a importância do fenômeno migratório internacional reside hoje muito mais em suas especificidades, em suas diferentes intensidades e espacialidades e em seus impactos diferenciados (particularmente ao nível local) do que no volume de imigrantes envolvidos nos deslocamentos populacionais. (PATARRA; BAENINGER, 2004, p.3)

Patarra (2005), com base em Sassen (1988) afirma que é necessário considerar as mudanças resultantes dos “processos de reestruturação produtiva – o que implica novas modalidades de mobilidade do capital e da população em diferentes partes do mundo” (PATARRA, 2005, p. 23), assim como a formação de um espaço transnacional. Nessa mesma linha da ótica de Sassen (1988), Sasaki e Assis concluem que:

tais processos estão relacionados com a reorganização da economia mundial nas duas últimas décadas, resultando na formação de um espaço transnacional, onde a circulação de trabalhadores é apenas um dos fluxos dentre outros, como os de capital, mercadorias, serviços e informações. Nesse sentido, diante da internacionalização da produção e da reorganização da economia mundial, o investimento estrangeiro é uma das variáveis para entendermos os fluxos das migrações internacionais. (SASAKI; ASSIS. 2000, p. 8)

De acordo com Patarra (2005:2004), Baeninger e Peres (2017), Patarra e Baeninger (2004) e Sasaki e Assis (2000) pode-se inferir que existe um espaço transnacional e que a internacionalização da produção, a reorganização da economia mundial e o investimento estrangeiro, são variáveis que também influenciam nas migrações internacionais. A circulação de pessoas tem uma dimensão totalmente diferente da circulação de capital, mercadorias, serviços e informações na globalização.

### 3.2 HISTÓRICO DA LEGISLAÇÃO DA MIGRAÇÃO: DIREITO À EDUCAÇÃO

Neste subcapítulo pretende-se abordar os marcos jurídicos nacionais e as interfaces com os tratados internacionais que deram suporte à garantia dos direitos fundamentais de migrantes e refugiados, em especial no que tange ao acesso à educação de crianças migrantes no Brasil.

A questão migratória brasileira remonta ao século XVI período colonial, com a chegada dos portugueses ao território que seria conhecido como Brasil, com políticas de ocupação do território em capitânias hereditárias, ao tráfico internacional de pessoas escravizadas da África para o Brasil, à chegada da Corte portuguesa ao Brasil. Oliveira e Rodrigues afirmam que a política migratória no Brasil teve diferentes características ao longo dos períodos históricos.

É fato que, para o que concebemos hoje como migrações internacionais, pensando em termos de Brasil, tal contexto remeteria ao aporte das naus portuguesas na costa do atual estado da Bahia. Contudo, é a partir de um determinado período que podemos pensar na existência da instauração de uma efetiva política de imigração para o país, com o intuito de desenvolver a nação, dentre outras questões. Esse período, muito embora se revele explícito a partir da segunda metade do século XIX até os anos de 1930, na realidade antecede a formação do Brasil como um país independente. (2020, p. 144)

Oliveira e Rodrigues (2020) abordam o panorama histórico na imigração internacional ao Brasil e a dividem em sete períodos com diferentes fluxos e características da política migratória próprias de cada período. a) período colonial ao período regencial; b) período do segundo reinado e os grandes fluxos migratórios; c) período republicano; d) período entre Primeira e Segunda Guerras Mundiais e pós-guerra<sup>18</sup>; e) período da ditadura militar e segurança nacional; f) período da redemocratização a nova república; g) migração contemporânea.

Para fins desta pesquisa será abordada a política de migração a partir do século XX com a aprovação do Estatuto do Estrangeiro (1980), posteriormente no período da

---

<sup>18</sup> O debate da migração tomou um caráter protetivo frente da realidade apresentada no início do século XX com a Primeira Guerra Mundial (1914-1917), Revolução Bolchevique (1917) que causou um enorme fluxo de migração forçada de pessoas fugindo de perseguições e conflitos armados. O Tratado de Versalhes (1919) instituiu a Liga das Nações, de acordo com Oliveira e Rodrigues (2020) “quando a Sociedade (Liga) das Nações (SDN) foi instalada, em 1920, o seu maior desafio era solucionar o problema de milhões de pessoas refugiadas do pós-Primeira Guerra [...] um dos mais importantes feitos da SDN foi o reconhecimento da condição especial dos refugiados.” (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2020, p. 155)

redemocratização com a promulgação da Constituição Federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), Estatuto dos Refugiados (1997), a nova Lei da Migração (2017). Nesse sentido, foram incluídos documentos, legislação nacional, decretos e resoluções; as normas municipais como o parecer do Conselho Municipal de Educação de Caxias do Sul (2014). E algumas convenções que evidenciam como o tema é tratado fora do país como: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); a convenção sobre o Estatuto dos Refugiados (1951); Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente (1959); Protocolo de 1967; Declaração de Cartagena (1984); Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (1989); Plano de Ação da Conferência de Cairo (1994); Declaração de San José da Costa Rica (1994); Declaração e Plano de Ação do Brasil (2014).

O direito das pessoas de migrar é uma luta constante quando se trata do tema no Brasil. Até a vigência do Estatuto do Estrangeiro (Lei n.º 6.815/1980) promulgado durante o regime militar, a legislação tinha um caráter excludente, diferenciando os não nacionais perante a lei. Um dos exemplos mais polêmicos do Estatuto do Estrangeiro foi o artigo 48 do (Lei n.º 6.815/1980) que restringia o acesso ao ensino público e privado de imigrantes não registrados, conforme citado:

Art. 48. Salvo o disposto no § 1º do artigo 21, a admissão de estrangeiro a serviço de entidade pública ou privada, ou a matrícula em estabelecimento de ensino de qualquer grau, só se efetivará se o mesmo estiver devidamente registrado (art. 30). Parágrafo único. As entidades, a que se refere este artigo remeterão ao Ministério da Justiça, que dará conhecimento ao Ministério do Trabalho, quando for o caso, os dados de identificação do estrangeiro admitido ou matriculado e comunicarão, à medida que ocorrer, o término do contrato de trabalho, sua rescisão ou prorrogação, bem como a suspensão ou cancelamento da matrícula e a conclusão do curso. (LEI 6.815/1980)

O Estatuto do Estrangeiro (Lei n. 6.815/1980) foi aprovado no período da Ditadura Militar no Brasil, e por esse motivo estava preocupado com a segurança nacional. O estrangeiro é visto como uma ameaça à segurança nacional e a migração irregular é criminalizada. O Estatuto do Estrangeiro durante sua vigência foi considerado uma legislação restritiva.

A política imigratória orientada pela Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980 foi alvo de críticas no País, desde a sua promulgação. A lei 6.815 criou órgãos como o Conselho Nacional de Imigração (CNI), Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), e outros que faziam a gestão da política de imigração do país.

Ao que tudo indica, não havia até então uma política nacional migratória estabelecida, e as decisões foram sendo constituídas por resoluções, decretos e pareceres. Os estudos de Patarra (2005) no contexto da migração do início do século XXI já apontava para deficiências na legislação migratória tanto na questão da regulamentação migratória, quanto na garantia de direitos fundamentais a imigrantes e refugiados. Situação que se agravou a partir de 2010 e o surgimento de novas.

Durante a vigência do Estatuto do Estrangeiro (Lei n. 6.815/1980), muitas crianças e adolescentes tiveram matrículas canceladas e/ou não puderam ingressar no ensino regular. Devido à restrição do acesso ao direito à educação apenas imigrantes regulares no país podiam estudar em escolas brasileiras. Ou seja, imigrantes que tivessem com a sua documentação válida perante as autoridades brasileiras poderiam matricular-se, frequentar o ensino regular, e receber a certificação.

A garantia de direitos fundamentais e de cidadania aos migrantes precisou ser constantemente conquistada nas mais diversas instâncias públicas e privadas, nacionais, estaduais e locais. Como se pode observar a integração das crianças e adolescentes migrantes é uma conquista recente, que teve sustentação com a aprovação da Constituição Federal brasileira de 88. Assim o Estatuto do Estrangeiro não foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988, ou seja, estava em desacordo com a Carta Magna.

Patarra (2005) afirma que em 1994 foi realizada a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento<sup>19</sup>, no Cairo – Egito, que discutiu o tema da *migração e desenvolvimento* e elaborou um Plano de Ação, que deveria ser adotado internamente pelos países signatários. O Brasil é um dos países signatários<sup>20</sup> da Conferência do Cairo. O Plano de Ação da Conferência de Cairo teve como princípio norteador:

países que recebem migrantes regulares devem lhes dispensar, tratamento justo e lhes prestar serviços adequados de bem-estar social e garantir sua segurança e integridade físicas, levando em conta as circunstâncias e necessidades especiais do país, particularmente dos países em desenvolvimento, e procurando alcançar esses objetivos ou requisitos, com relação a migrantes irregulares, de conformidade com as disposições de convenções, instrumentos e documentos internacionais pertinentes. Os países devem garantir a todos os migrantes todos os direitos humanos básicos nos termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. (1994, p. 44)

---

<sup>19</sup> A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas (CIPD) foi realizada no Cairo, Egito, de 5 a 13 de setembro de 1994 e reuniu 179 países. Plano de Ação completo disponível no *site* da UNFPA Brasil.

<sup>20</sup> Quando o país é signatário de um Acordo Internacional significa que o Estado se comprometerá a aplicar internamente o que foi acordado entre os Estados no âmbito internacional, adaptando legislações internas e regulamentações ao que foi acordado internacionalmente.

A Conferência de Cairo (1994) considerava que os países de imigração deveriam conceder tratamento igual aos nacionais, como é possível observar no excerto que segue

Os governos de países receptores são instados a considerar a extensão a migrantes regulares, que satisfaçam às exigências adequadas de permanência, e a membros de suas famílias cuja estada no país receptor é regular, tratamento igual ao dispensado a seus próprios nacionais com relação ao gozo dos direitos humanos básicos, inclusive a igualdade de oportunidade e de tratamento com referência a práticas religiosas, condições de trabalho, seguridade social, participação em sindicatos, acesso a serviços de saúde, educação, culturais e outros, assim como igual acesso ao sistema judiciário e igual tratamento diante da lei. (1994, p. 85)

Sobre Educação, a Conferência do Cairo (1994) considera a educação como um fator para o desenvolvimento sustentável que facilita a integração de migrantes e refugiados. Essa conferência (1994) recomendou o acesso universal à educação tanto para nacionais como para imigrantes:

A educação é o fator chave de um desenvolvimento sustentável: é, ao mesmo tempo, um componente do bem-estar e fator no aumento do bem-estar, por meio de seus vínculos com fatores demográficos, econômicos e sociais. A educação é também um meio de capacitar o indivíduo a ter acesso ao conhecimento, que é a pré-condição para enfrentar, por quem quer que seja, a complexidade do mundo de hoje. A redução das taxas de fecundidade, de morbidade e de mortalidade, a emancipação da mulher, a melhoria da qualidade da população trabalhadora e a promoção de uma autêntica democracia são amplamente ajudadas pelo progresso na educação. A integração de migrantes é também facilitada pelo acesso universal à educação, que respeita as origens religiosas e culturais do migrante. (1994, p. 89)

De acordo com Patarra (2005), o Plano de Ação da Conferência do Cairo considera as migrações internacionais contemporâneas inter-relacionadas ao processo de desenvolvimento; ressalta os aspectos positivos da migração tanto no local de origem (devido às remessas que retornam ao país do emigrante), quanto no local de destino (fruto do trabalho do imigrante no país onde reside); recomenda aos países criarem políticas públicas para reduzir o número de migrantes não documentadas e a fim de evitar a exploração de pessoas em mobilidade humana e proteger seus direitos humanos básicos; o plano de ação também recomendava aos governos a promoção do acesso aos imigrantes e refugiados aos serviços adequados de saúde, educação, assistência social; também pediam que os Estados aumentassem o seu apoio às atividades internacionais de proteção aos refugiados e migrantes.

Dois instrumentos jurídicos com pressupostos legais diferentes entravam em conflito quanto aos direitos dos estrangeiros<sup>21</sup>. O Estatuto do Estrangeiro com medidas restritivas aos direitos humanos dos *estrangeiros* em contraponto à Constituição Federal brasileira que garantia acesso aos serviços básicos e garantia à dignidade humana, além de Tratados e Convenções internacionais das quais o Brasil era signatário, que faziam pressão para que os Estados promovessem ações para garantir os direitos humanos dos imigrantes e refugiados. Nesse período, o tema da inclusão de crianças imigrantes ficava à mercê da regularização migratória, e os Estados da Federação tinham autonomia para decidir sobre a matéria. Muitas crianças e adolescentes imigrantes não puderam estudar no Brasil, como afirma Patarra:

Outra dimensão que vem surgindo com ímpeto é a questão do acesso dos imigrantes não documentados e seus familiares aos serviços públicos no Brasil. Sabe-se que, no Brasil, crianças e adolescentes estrangeiros ou filhos de estrangeiros em situação ilegal nem sempre conseguem lugar em escolas públicas. [...] No Brasil, os estados têm relativa autonomia no que se refere ao acesso de imigrantes e/ou seus filhos ao ensino público fundamental. No entanto, no plano jurídico, a Constituição Brasileira, de cunho universalista, contrapõe-se ao Estatuto do Estrangeiro, que é mais restritivo. Muitas vezes, o jovem pode frequentar a escola, mas esta não pode emitir certificados de conclusão. (2005, p. 31)

Patarra (2005) afirma em relação à legislação vigente no período sobre a matéria da imigração “esse conjunto de dispositivos caracteriza o Brasil como um dos países mais restritivos quanto à imigração de estrangeiros” (2005, p. 31). A autora afirma que a inclusão de alunos imigrantes no ensino regular ficava a cargo dos Estados, que tinham autonomia em suas decisões. Diante do conflito entre a garantia e a não garantia à educação de alunos imigrantes e filhos de imigrantes, é importante historicizar a presença de alunos imigrantes na escola. Parece que é um fenômeno que está relacionado ao movimento de garantia de direitos fundamentais dos imigrantes internacionais, tanto nos níveis local, regional quanto nos nacional e internacional.

Assim como Patarra (2005) afirma que os Estados tinham autonomia para decidir quanto à matéria de inserção de alunos imigrantes, pode-se verificar que a Secretaria de Educação de São Paulo em 02 de fevereiro de 1995 publicou a Resolução nº 10/1995 que delibera sobre matrícula de aluno estrangeiro na rede estadual de ensino fundamental e médio. Em outubro de 1997, o Conselho Estadual de Educação (CEE) de São Paulo, publicou o Parecer CEE n. 445/1997 – CEF/CEM, versando sobre esse assunto.

---

<sup>21</sup> O termo *estrangeiro* tem uma conotação de *estranho*, aquele que é de fora ou não pertence a um determinado local. Esse termo foi abolido com a aprovação da nova Lei de Migração, Lei 13.445/2017, que adotou o termo migrante para a referência legal e em documentações.

Em 2008 o Conselho Estadual de Educação (CEE) do Estado de São Paulo, publica o Parecer CEE n° 633/2008 sobre o Registro e Publicação de Diplomas e Certificados de Estrangeiros. O Parecer CEE n° 633/2008 é uma resposta à Associação Brasileira de Educação Coreana – Colégio Polilogos que enviou um Ofício direcionado à Secretaria de Educação Municipal de São Paulo informando sobre “problemas enfrentados por alunos estrangeiros em situação irregular de permanência no país” e solicitando soluções que permitam regularizar a trajetória escolar desses alunos na conclusão da Educação Básica (2008, p. 1).

Na cidade de Caxias do Sul, diante do novo cenário das migrações internacionais, o Conselho Municipal da Educação, por meio do Parecer n. 023/2014, dá informações sobre a matrícula de alunos imigrantes nas escolas municipais. O Parecer n. 023/2014 versa sobre a matrícula de alunos estrangeiros nas escolas da Rede Municipal de Ensino. Importante instrumento de orientação de procedimentos para a matrícula de alunos não nacionais para as escolas da rede municipal. O referido parecer também aborda os diferentes conceitos de pessoas em mobilidade humana, entre eles, os seguintes: migrantes, refugiado e asilado político; também faz recomendações quanto à matrícula, à reclassificação de alunos não nacionais, à tradução de documentos escolares, equivalência de estudos, e quanto a não discriminação de alunos de outras nacionalidades. Conforme citação que segue:

As escolas da Rede Municipal de Ensino deverão proceder à matrícula dos alunos estrangeiros, somente para os que se encontram na etapa do Ensino Fundamental ou que atendem aos critérios para matrícula na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, sem qualquer discriminação, observando, no que couber, as mesmas normas regimentais que disciplinam a matrícula de alunos brasileiros nas escolas. [...] Estas considerações de ordem legal, acrescidas à necessidade de coibir qualquer tipo de discriminação entre alunos brasileiros e estrangeiros, assegura o direito à educação, enquanto direito fundamental previsto na Constituição Federal. (CME, 2014)

Desta maneira, a aprovação da Lei n. 13.445/2017 garantiu no seu art. 3° o acesso igualitário e livre do migrante aos serviços públicos, em especial, destaca-se aqui, o acesso à educação. Da mesma maneira garante a proteção integral e atenção ao superior interesse da criança e do adolescente migrante. Conforme se lê:

Acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social; [...] XVII — proteção integral e atenção ao superior interesse da criança e do adolescente migrante. [...] Art. 4° Ao migrante é garantida no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à

propriedade, bem como são assegurados. [...] X — direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória. (LEI 13.445. 2017)

É possível identificar que a efetivação do direito à educação de crianças e adolescentes imigrantes precede à aprovação da nova Lei de Migração (n. 13.445/2017), entretanto a postulação desse direito é fundamental para a garantia de acesso e inserção dos alunos imigrantes na escola em todo o território nacional ao longo de sua vigência.

A partir de 2017 há uma conceitualização da criança e do adolescente imigrante e na Lei n. 13.445/2017 e a garantia legal da inserção da criança imigrante na escola diante da complexa realidade da mobilidade humana. Observa-se que a garantia do superior interesse da criança em detrimento à condição migratório, revela que a proteção das crianças e adolescentes tem peso maior do que a regulamentação migratória. A legislação garante a matrícula da criança migrante independentemente da regularização migratória como forma de proteção do melhor interesse da criança. A Resolução n. 1 de 13 de novembro de 2020 publicada no Diário Oficial da União (DOU) pelo MEC, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica dispõe:

Considerando que a educação é um direito inalienável, resolve: Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre o direito de matrícula de crianças e adolescentes migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio nas redes públicas de educação básica brasileiras, sem o requisito de documentação comprobatória de escolaridade anterior, nos termos do artigo 24, II, "c", da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), e sem discriminação em razão de nacionalidade ou condição migratória. § 1º A matrícula, uma vez demandada, será de imediato assegurada na educação básica obrigatória [...] § 2º A matrícula de estudantes estrangeiros na condição de migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio deve ocorrer sem mecanismos discriminatórios. § 3º Nos termos do caput deste artigo, não consistirá em óbice à matrícula: I - a ausência de tradução juramentada de documentação comprobatória de escolaridade anterior, de documentação pessoal do país de origem, de Registro Nacional Migratório (RNM) ou Documento Provisório de Registro Nacional Migratório (DP-RNM); e II - a situação migratória irregular ou expiração dos prazos de validade dos documentos apresentados. (BRASIL. Resolução n. 1 2020, p. 1-2)

Em casos em que a criança imigrante está desacompanhada ou separada dos pais, a situação se torna mais complexa posto que envolve a identificação dos responsáveis legais e devida autorização de residência pelos responsáveis legais. Foi registrado um crescimento no número de casos de crianças e adolescentes desacompanhados, como apontam os Estudos da Defensoria Pública da União. Em artigo publicado no *Caderno de Debates* nº 14, de outubro de 2019, o Defensor Público Gustavo Zortéa da Silva escreve sobre a atuação da Defensoria Pública da União nos casos de crianças e adolescentes imigrantes separados ou

desacompanhados dos pais<sup>22</sup>. Silva (2019) afirma que o recente fluxo de imigrantes e refugiados venezuelanos em Roraima, no Brasil, que migraram devido à crise econômica, social e política no país, reflete uma grave crise dos direitos humanos<sup>21</sup>.

A migração venezuelana é considerada pelo órgão como um fluxo migratório de larga escala. De acordo com a Defensoria Pública da União, esse fluxo evidenciou a ampliação de crianças e adolescentes separados ou desacompanhados, encontrados em pontos de fronteira, que não conseguiam encaminhar sua documentação de residência por falta de documentação sua ou de seus pais ou responsáveis.

Nesses casos, a garantia da inserção da criança e adolescente imigrante, independentemente da condição migratório contribuiu para a proteção efetiva das crianças e adolescentes imigrantes. Também podemos pensar que esses dispositivos legais contribuem para evitar a invisibilidade e risco social de crianças e adolescentes na migração. Nesse sentido, a escola tem um papel fundamental para essa parcela da população de migrantes que é invisível diante da maior parte da migração que pertence a faixa etária economicamente ativa.

Parece-nos que há uma relação intrínseca entre o acesso à educação de imigrantes e o movimento dos direitos humanos com interfaces entre os âmbitos nacional e internacional. Também parece que os processos de globalização, o crescente fluxo de imigrantes e refugiados do século XXI são fatores que influenciaram na mudança de relação entre educação, migração e direitos humanos.

De maneira alguma, a luta pela garantia de direitos humanos consegue alcançar a equidade efetivamente para todos sendo que muitas críticas são feitas à pretensão universalista dos direitos humanos. Salvas as ressalvas, nota-se a importância do movimento dos direitos humanos para pressionar os Estados nacionais para garantirem direitos básicos na legislação nacional.

---

<sup>22</sup>Gustavo Zortea da Silva (2019) afirma que a Resolução Conjunta n° 1/2017 CONANDA, CONARE, CNIG, DPU, —conceitua-se criança e adolescente desacompanhado como aquele que não possui nenhuma pessoa adulta que o acompanhe no seu ingresso no território nacional. Considera-se separado aquele que, no ingresso em território nacional, está acompanhado por pessoa adulta, mas essa pessoa adulta não é o responsável legal ou detém o poder familiar (incisos I e II do § 1° do artigo 1°) | (SILVA, 2019, p.3).

<sup>21</sup>. Muitas famílias venezuelanas, criança separada dos pais ou desacompanhadas, grupos indígenas vivendo em situação precária na cidade de Pacaraima ou na capital do Estado, Boa Vista.

### 3.3 O CONTEXTO DA IMIGRAÇÃO INTERNACIONAL EM CAXIAS DO SUL

O município de Caxias do Sul tem uma longa história de migrações. Sua formação inicial remete a emigração italiana que ocorre de forma bastante significativa após a segunda metade do Século XIX. Para entendê-la é necessário contextualizar que desde a chegada da família real no Brasil em 1808, houve uma preocupação de ocupar o território brasileiro com mão de obra semiespecializada que pudesse criar uma nova mentalidade no País. Uma das primeiras experiências que ocorreram no Brasil, por meio de decreto de D. João VI foi a fundação da colônia de Nova Friburgo, por famílias suíças. Segundo Seyferth (2015, p.37), “ali já estavam delineados alguns dos princípios que nortearam esse processo de ocupação territorial, especialmente a concessão de parcelas de terras para o cultivo a famílias de imigrantes”. Após a Independência do Brasil, o projeto de colonização é retomado, e em 1824, vários núcleos coloniais foram fundados no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. “Entre 1824 e 1829, surgiram oito colônias alemãs, cinco delas no Rio Grande do Sul, todas oficiais (isto é, sob a administração do governo imperial)” (SEYFERTH, 2015, p.37-38). Nessa fase, o sucesso da Colônia de São Leopoldo inspira o projeto de colonização que é suspenso em 1830 devido a problemas econômicos. “A falta de verbas para a colonização estrangeira é logo agravada pela eclosão da Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul, de 1835 a 1845” (PORTO, 1934, p.163 apud CUNHA, 2015, p.85). Com a promulgação da Lei de Terras, em 1850, o acesso à terra é modificado e o governo imperial define províncias que serão envolvidas no Programa de Colonização. A Lei de Terras estabelece “os critérios para a estruturação das colônias agrícolas como também a legitimação das sesmarias” (HERÉDIA, 1997, p.33). Portanto, os núcleos coloniais que foram criados após essa Lei, como é o caso das colônias italianas no Rio Grande do Sul, seguem essa legislação, associada as legislações seguintes que especificam o uso de mão de obra livre. Várias legislações foram aprovadas a fim de estimular a colonização europeia no Sul do Brasil. Dessa forma, a zona de colonização italiana que é criada ao Nordeste do estado do Rio Grande do Sul é resultado de um Programa de Colonização e Imigração promovido pelo Império. A Colônia Caxias que dá origem ao Município de Caxias é resultado desse Programa.

Estudos realizados pelo Núcleo de Estudos Migratórios da Universidade de Caxias do Sul em parceria com o Centro de Atendimento ao Migrante (CAM) apresentam o perfil de grupos étnicos na cidade de Caxias do Sul a partir dos registros de atendimentos do CAM entre 2014-2018. As pesquisas demonstram que a migração internacional, que busca a cidade

de Caxias do Sul como destino, tem um caráter laboral. Os dados corroboram o pensamento de Sayad (1998) quando postula que a migração se dá quando os indivíduos se movimentam em busca de trabalho (HERÉDIA, 2019, p. 13).

Mocellin e Herédia (2018) fizeram um estudo sobre as dinâmicas migratórias em Caxias do Sul e concluíram que historicamente, o Município se caracteriza como um lugar de atração e recepção de migrantes. No estudo demonstraram que os diferentes fluxos migratórios, apesar de terem origens distintas, em geral, têm a motivação na busca por trabalho como fator principal para a escolha da cidade. Também concluíram que em geral a cidade absorveu as migrações ao longo de sua história.

Mocellin e Herédia (2018) dividem o estudo, basicamente em cinco diferentes fluxos migratórios. Dentre eles, citam-se: o primeiro fluxo refere-se à imigração histórica de italianos, que foi incentivada pela política de colonização, a partir de 1875, na época do Brasil Imperial em que os colonos ocuparam pequenas propriedades rurais; o segundo fluxo migratório, que as pesquisadoras abordam, refere-se à migração ao fluxo dos filhos de colonos que foram para a área urbana de Caxias, por volta dos anos 30, onde havia o desenvolvimento do comércio, período marcado pelo surgimento da indústria tradicional.

Conforme apontam as estudiosas, nesse período houve o desenvolvimento industrial nacional devido à política de substituição das importações do Governo Vargas; o terceiro fluxo migratório, remonta ao período de 1950 a 1970, também marcado pela expansão da indústria que foi fortalecida pela política desenvolvimentista nacional a população migrante era das regiões próximas como Campos de Cima da Serra, Vacaria, Lagoa Vermelha; o quarto fluxo migratório, refere-se ao período dos anos 70 aos anos 2000, em que a cidade de Caxias do Sul, passou por transformações na sua economia, tornando-se não apenas um polo industrial, mas também um polo de serviços.

Migrantes de outras cidades do Estado do Rio Grande do Sul, e de outros estados do Brasil vieram para a cidade em busca de trabalho; e o quinto fluxo migratório, de acordo com Mocellin e Herédia (2018) refere-se aos imigrantes internacionais que começaram a chegar na cidade a partir de 2010, e teve o seu ápice nos anos de 2014, 2015 e 2016, migração constituída por haitianos, senegaleses, marfineses, ganeses, colombianos, venezuelanos e por outros grupos em menor número.

O estudo de Mocellin e Herédia (2018) apresenta as diferentes características dos fluxos migratórios e suas dinâmicas nos diferentes períodos históricos da cidade, e corroboram a teoria de Singer (1980) de que os movimentos populacionais são condicionados

historicamente, e resultam de um processo global de mudanças. A partir da pesquisa de Mocellin e Herédia (2018) é possível inferir que na migração para o Município de Caxias do Sul, o trabalho se torna uma categoria de diferenciação social, que é incorporado pelos migrantes que chegaram como uma forma de se integrarem à região, entre os estabelecidos. As pesquisadoras demonstram os diferentes fluxos migratórios para o Município têm um fio condutor que os interliga: a perspectiva de conseguir um trabalho e alcançar a ascensão social.

O estudo remete a outras pesquisas realizadas pelo Núcleo de Estudos Migratórios da UCS sobre “Migrações no século XXI, desafios e perspectivas”. De acordo com Herédia (2019) o fluxo das novas migrações iniciou a partir de 2010, com a chegada dos primeiros haitianos na cidade, que obtiveram visto humanitário após a ocorrência do terremoto que devastou seu país. Nos anos seguintes a cidade se tornou o destino de imigrantes senegaleses, que constituíram um grupo expressivo de destino.

Em 2014, houve outro fluxo migratório bem peculiar relacionado à Copa do Mundo, que foi sediada pelo Brasil. Segundo Herédia (2019), os ganeses entraram no Brasil com visto de turista, com a finalidade de participar da Copa do Mundo e uma boa parcela desses acabaram solicitando refúgio em busca de residência no Brasil.

Os três grandes motivos de migração apresentados pelos ganeses eram: a busca de trabalho, perseguição política e trabalho familiar. Para permanecerem em Caxias necessitavam preencher o protocolo de refúgio, cujo auxílio foi proporcionado por inúmeros sujeitos da comunidade de Caxias, como padres, seminaristas, profissionais do Centro de Atendimento ao Migrante, alunos da universidade, empresários e voluntários. (HERÉDIA, 2019, p. 11)

Por fim, nos quatro últimos anos, cresceu o fluxo de venezuelanos para Caxias do Sul, o que se reflete diretamente na conjuntura de crise social, econômica e política do País. Muitos venezuelanos migraram para os países vizinhos da América do Sul. Dados da OIM apontam que um grande fluxo de imigrantes venezuelanos que cruza as fronteiras, em especial no Estado de Roraima. Chama a atenção que houve interiorização de venezuelanos pela “Operação Acolhida”, mas também teve interiorizações espontâneas, com cooperação de instituições e de Igrejas, numa rede de apoio e ajuda de familiares e amigos. É importante frisar que a migração de venezuelanos apresenta diferentes graus de vulnerabilidade e risco social. Também ocorreu uma migração de povos indígenas da Venezuela, como é o exemplo da tribo Warao.

De acordo com o Relatório da Operação Acolhida, publicado pela OIM e Governo Federal (2021), em dois anos e oito meses do programa de interiorização, 66.257 refugiados e imigrantes em situação de vulnerabilidade social e risco social no Estado de Roraima foram reassentados em outras regiões do Brasil, entre abril de 2018 e dezembro de 2021. Total de 788 Municípios em todos os Estados brasileiros receberam migrantes nacionais da Venezuela, sendo, até o período citado, 9.490 venezuelanos foram interiorizados para o Estado do Rio Grande do Sul.

Outra informação que o Relatório da “Operação Acolhida” (2021) apresenta, refere-se ao gênero e à faixa etária (adultos/ crianças e adolescentes menos de 18). Do número total de pessoas interiorizadas pela Operação 34% são do gênero masculino, maiores de 18 anos, 29% são do gênero feminino, maiores de 18 anos, 19% são meninos com idade inferior a 18 anos, e 18% são meninas com idade inferior a 18 anos. É necessário considerar que esses não são dados absolutos sobre a migração venezuelana para o Brasil, o número apresentado refere-se aos venezuelanos que participaram da operação para a interiorização no período referido. Os dados não abarcam a quantidade de venezuelanos que entrou no Brasil espontaneamente ou com ajuda de organizações ou grupos e residem em diferentes cidades todo o território nacional.

É importante ressaltar que as imigrações internacionais contemporâneas não se referem apenas a imigrantes jovens e adultos em idade economicamente ativa. Muitas vezes as crianças e adolescentes imigrantes são invisíveis como é possível observar no perfil dos migrantes venezuelanos interiorizados apresentada no Relatório da Operação Acolhida.

Nota-se que a presença de crianças e adolescentes imigrantes nos fluxos migratórios para a cidade tem aumentado gradativamente, e pode ser observada nas escolas do Município. Dessa maneira, optou-se por escolher as escolas municipais de Caxias do Sul como campo de pesquisa na história, pelo motivo de que é na escola que podemos perceber a presença da criança e adolescente imigrante, e assim colaborar com os estudos migratórios da cidade.

#### 4 O ENSINO DA HISTÓRIA E AS MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

O ensino da história<sup>23</sup> tem um papel fundamental no desenvolvimento da consciência histórica na educação para a cidadania. Cada vez mais a sociedade contemporânea tem se preocupado com o ensino da História dada a sua importância para formação que desenvolva habilidades de interpretar fatos e informações e analisar situações de maneira crítica considerando a complexidade das relações humanas no tempo presente. O campo da História reconhece o papel do ensino na História na formação dos sujeitos através da consciência histórica, nos termos de Rüsen (2007). Pretende-se refletir sobre o papel do ensino da História na inclusão das migrações contemporâneas como matéria abordada pelo ensino da História no ensino regular.

O ensino da História aborda conceitos abstratos como o tempo, o passado, a memória, o sujeito social e sua historicidade, que muitas vezes estão distantes da experiência dos alunos. Schmidt e Urban (2016) debatem sobre os resultados de pesquisas sobre os processos cognitivos entre adolescentes de 11 a 16 anos que reconheceram as diferenças entre o aprendizado de matérias como matemática e ciências naturais que são mais práticas em comparação com matérias mais abstratas como é a História. Tais pesquisas reconheceram que há diferentes estágios de conhecimento, também, que há diferenças no aprendizado, entretanto os estudos sobre o ensino da História não ficaram restritos a questões cognitivas e a estágios de aprendizagem.

O debate sobre o ensino da História, de acordo com Schmidt e Urban (2016), tomou um rumo diferente, qual seja o de levar em consideração apenas o aspectos psicológico e cognitivo, pesquisas<sup>24</sup> apontaram à necessidade de adequação do método de ensino da História. Foi com a pesquisa de Rüsen (2007), que se preocupou com a didática de História na Alemanha na década de 80, que algumas categorias têm orientado as pesquisas sobre o ensino da História: a aprendizagem histórica, cultura histórica, consciência histórica, e a relação entre eles no ensino da História.

---

<sup>23</sup> A pergunta acerca do papel do Ensino de História na inserção dos alunos migrantes na escola nasce quando da escrita do projeto e toma sentido a partir das entrevistas realizadas no campo. De que maneira o Ensino da História pode contribuir com o processo de integração das crianças migrantes? Qual o papel da consciência histórica, nos termos de Rüsen, na compreensão dos fenômenos migratórios e nas diferenças socioculturais e religiosas.

<sup>24</sup> Schmidt e Urban (2016) citam as pesquisas realizadas por Denis Shemilt (2000), Shemilt (2000), Peter Lee (2001), Levstik (2000), Peter Seixas, Sam Wineburg e Peter Stearns (1999), Epstein (2009).

Cultura histórica é definida por Rüsen como: “o campo em que os potenciais de racionalidade do pensamento histórico atuam na vida prática” (2007, p.121). Para Cunha e Cardôzo (2015) compreendem a cultura histórica como “a capacidade de aprendizado histórico, visto que, por meio dela aprendemos a lidar com as experiências e a nos orientar” (2015, p.541). Esta categoria aproxima a História objetiva, como objeto do conhecimento para a dimensão subjetiva do entendimento da História que faz parte da vida cotidiana dos indivíduos.

A consciência histórica é tratada como a “constituição de sentido sobre a experiência do tempo, no modo de uma memória que vai além dos limites de sua própria vida prática” (RÜSEN, 2007, p.104). Rüsen (2007) caracteriza o aprendizado histórico como “um modo do processo de constituição de sentido na consciência histórica” (2007, p. 104).

Também descreve o aprendizado histórico como uma competência para a narrativa da consciência histórica, como uma capacidade de constituir sentido histórico, de forma temporal no âmbito da orientação da sua vida prática e da interpretação de si mesmo e do mundo ao redor. Podemos perceber que não há apenas uma dimensão objetiva do aprendizado dos fatos do passado, mas também existe uma dimensão subjetiva, Rüsen (2007) explica que o fator subjetivo do aprendizado histórico compete às experiências da vida de cada indivíduo, a sua cultura histórica e a forma como interpreta a si e o mundo ao seu redor.

Rüsen (200, p.108) reconhece que as perspectivas do aprendizado histórico que estão conectadas por um duplo movimento: “a passagem do dado objetivo à apropriação subjetiva, e da busca subjetiva da afirmação ao entendimento objetivo”. A partir da reflexão realizada pelos pesquisadores Cunha e Cardôzo sob a ótica de Rüsen é possível perceber que existe uma ligação intrínseca entre consciência histórica, cultura histórica, aprendizado histórico e sentido histórico que orienta a vida humana.

Cunha e Cardôzo afirmam que o ensino da História não se refere apenas ao aprendizado de conteúdo do passado, ao contrário é “um engajamento do sujeito social que se entende historicamente interpretando a história de forma objetiva e não apenas no campo objetivo” (2015, p.541). Para os pesquisadores, o ensino da História tem um papel orientador e está inserido na cultura histórica.

O ensino da História, portanto, tem um potencial de abordar as migrações contemporâneas na escola a fim de ampliar a compreensão desse fenômeno que faz parte da realidade de muitas cidades brasileiras. Como foi analisado na pesquisa, o Brasil a partir de 2010, se tornou um atraente destino de migrantes internacionais. É importante compreender

de que maneira se estabelecem as relações entre os brasileiros e os migrantes estrangeiros, como foi possível entender a partir de Sayad (1998) quando traz a luz a condição do migrante tanto no país de origem, e principalmente no país de recepção.

Em Caxias do Sul é possível observar a diversidade cultural, linguística e religiosa advinda das migrações internas e das migrações internacionais de haitianos, senegaleses, ganeses, uruguaios e venezuelanos. Esses temas podem ser abordados pelo ensino na história no sentido do desenvolvimento da cidadania através da consciência histórica.

## 5 RESULTADOS DA PESQUISA

Por meio da análise das entrevistas foi possível conhecer a posição de professores quanto ao tema estudado. A análise das narrativas oportunizou o entendimento do que os professores enfrentam quando têm a responsabilidade de fazer a inserção de crianças migrantes. Seus testemunhos revelam a necessidade de um preparo para tal e expressam como ocorre a inserção, as dificuldades enfrentadas, a necessidade de preparação e a responsabilidade que possuem quanto à iniciativa.

Os depoimentos dos entrevistados indicam experiências que eles vivenciaram no sistema escolar em que atuam no que concerne à inserção de crianças migrantes. Das narrativas nasceram categorias analíticas que emergiram das próprias entrevistas e por meio delas a discussão do problema. As categorias são: processo de inserção, alternativas criadas pelos professores para facilitar a inserção, estratégias de acolhimento, dificuldades de aprendizagem e choque cultural e relações sociais estabelecidas entre a escola, a criança e a família.

### 5.1 PROCESSO DE INSERÇÃO

O processo de inserção das crianças migrantes inicia quando os pais ou responsáveis legais procuram a Central de Vagas, na Secretaria Municipal de Educação de Caxias do Sul e solicitam a matrícula em escola próximo da sua residência. Após a Central de Vagas do Município em estudo analisar a situação escolar para fazer a comparação do que o aluno migrante já havia realizado no país de origem, é decidida a série que lhe possibilite uma melhor adaptação ao aluno migrante.

A comparação e análise do histórico escolar para alunos migrantes, diferem-se da comparação que é feita entre a situação dos alunos brasileiros que trocam de escola. Para o aluno migrante é necessário averiguar como se estrutura a educação no país ao qual pertencia uma vez que cada país organiza o seu sistema educacional de forma distinta<sup>25</sup>, e apresenta diferenças do sistema nacional de educação do Brasil.

---

<sup>25</sup> O Sistema Educacional no Brasil é dividido entre Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. A Educação Infantil atende crianças de 0 à 5 anos. Já o Ensino Fundamental está dividido em: anos iniciais (1° ao 5° ano), e anos finais (6° ao 9° ano). E após o Ensino Médio (1° ao 3° ano). Diferentemente, o sistema de ensino no Haiti, por exemplo, é dividido entre ensino fundamental (*Enseignement fondamentale*) que é dividido em

De acordo com a Resolução n. 1, de 13 de novembro de 2020, no art. 1 § 5º é indicado que na ausência da documentação escolar do país de origem migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio terão direito a processo de avaliação ou reclassificação para permitir que o aluno seja matriculado no ensino regular da Educação Básica. A resolução também permite que a matrícula seja feita conforme o desenvolvimento e faixa etária do aluno.

O processo de matrícula do aluno migrante em Caxias do Sul é orientado pelo Parecer do Conselho Municipal de Educação nº 023 de 15 de julho de 2014. Importante é lembrar que de acordo com a Resolução nº 1 de 13 de novembro de 2020 do Ministério da Educação, não há obrigatoriedade de apresentar a documentação para realizar a matrícula de alunos migrantes, o que garante a inserção da criança migrante e refugiada sem discriminação de nacionalidade ou condição migratória. Em certa medida, a apresentação de documentos como o histórico escola do país de origem pode auxiliar na comparação da série que melhor atenderá a esse o aluno.

Finalizado o processo na Central de Vagas, o aluno é encaminhado para a escola. A escola, por sua vez, recebe o parecer da Central de Vagas e dá início ao processo de integração do aluno no ambiente escolar.

A inserção de crianças migrantes na escola implica uma situação de que existe uma responsabilidade do professor nessa empreitada. Inserir uma criança num ambiente cultural distinto daquele em vivia em outro contexto impõe uma série de cuidados que podem facilitar resultados favoráveis a criança. Constatou-se que há uma preocupação por parte dos professores de evitar o isolamento de crianças migrantes e lhes proporcionar um bom desenvolvimento escolar.

Em algumas entrevistas foi relatada a dificuldade de equiparar os sistemas de ensino de diferentes países. Informação essa que muitas vezes não está de fácil acesso para ampliar o entendimento do contexto escolar em que a criança estava inserida no país de origem.

Nos depoimentos, uma das entrevistadas comenta que, além de estar atenta às demandas de todos os alunos, precisa acompanhar os alunos que são migrantes para verificar se estão aprendendo e localizar onde situam-se as dificuldades. De imediato, relata que é necessário fazer um atendimento diferenciado para o aluno migrante para que ele possa

acompanhar os demais, principalmente na questão da comunicação e com o fim de evitar a discriminação.

Os alunos imigrantes, de acordo com os relatos dos entrevistados, são inseridos na escola em muitas situações, levando em consideração a idade e a série correspondente. Há situações em que devido à própria condição migratória, as famílias não têm os documentos escolares comprobatórios do ensino no país de origem.

Os professores disseram que conseguem compreender a situação dos alunos migrantes no decorrer do processo de inserção, conforme acompanham o desenvolvimento do aluno e então podem identificar as necessidades específicas que devem ser trabalhadas. Por esse motivo, muitas vezes, não há um plano ou planejamento prévio e preparatório para quando os professores recebem as crianças migrantes em sala de aula.

A professora 1 relata que quando receberam os primeiros alunos migrantes na escola, pediram apoio, mas não receberam orientações claras ou materiais de apoio para auxiliar os professores no processo de inserção. Ela afirma que há uma lacuna nesse sentido e um material informativo seria muito útil. A professora 1 revelou:

*O professor dá conta de atender o aluno, meio aos trancos e barrancos, mas ele dá conta. (Entrevista 1)*

A professora 8 lembra que quando recebeu os primeiros alunos migrantes foi uma surpresa, razão pela qual a escola buscou apoio institucional.

*Então eu não tive uma experiência assim para ver como eu iria trabalhar na sala de aula, porque ainda era uma grande novidade. E a gente estava esperando vir orientações e então veio a pandemia. (Entrevista 8)*

A percepção a partir da análise da entrevista é que há a necessidade de um maior apoio pedagógico para que os professores tenham suporte para o trabalho, como: materiais informativos e formação continuada sobre o tema de forma oficial.

Uma das entrevistadas relata a experiência de dar aula para três alunos de família migrante, todos irmãos, recém-chegados do Haiti. Conta que a escola conseguiu identificar algumas necessidades das crianças migrantes matriculadas, após um período de observação. Para haver a inclusão foi necessário reconhecer as dificuldades iniciais de cada um. Ela relata o impacto que teve na sala de aula:

*Eles não falavam nada de português e no decorrer do contato com as crianças e com sua família, souberam das dificuldades várias que passaram [...] as crianças não frequentavam a escola no país de origem, o pai havia falecido, a mãe migrou para o Brasil e teve muitas dificuldades com o processo de reunião familiar de seus filhos. (Entrevista 1)*

Os relatos evidenciam situações de conflitos, provocadas pela alternativa da mobilidade humana. Quando a migração não é individual, é familiar, motivada pela urgência da situação que enfrentam, verifica-se que crianças e adolescentes não estavam preparados para assumir as consequências da mobilidade e, por isso, carregam muitos sofrimentos e situações traumáticas. A situação relatada na *Entrevista 1* exemplifica dificuldades enfrentadas pela família quando chega no novo país. Nem sempre o grupo viaja junto, alguns migram muito tempo depois e enfrentam ainda situações de reunificação familiar. Um dos exemplos narrados é quando os pais migram e não têm como retornar ao país de origem, e as crianças ficam sob os cuidados de familiares, migrando algum tempo depois.

No processo de inserção dos alunos migrantes, a direção, a coordenação pedagógica e os professores têm um papel fundamental no acompanhamento dessas crianças no período inicial de adaptação escolar. É no contato cotidiano, nas observações dos professores em sala de aula e no diálogo com a família que é possível fazer uma avaliação mais precisa das especificidades dos alunos migrantes.

Em vista das diferentes situações em que o aluno migrante vivenciou antes de migrar há a necessidade de ter um olhar atento para a situação particular de cada aluno, principalmente no que se refere ao sistema educacional do país de origem do aluno migrante, da organização curricular e do acesso ou não à escola.

Identificar as características de cada aluno migrante colabora para a sua inserção. As dificuldades ou facilidades na comunicação com a língua portuguesa; o desempenho necessário para se adequar a série indicada; a escolha da série relacionada às condições e às situações de cada aluno; a identificação das dificuldades específicas e necessidade de atendimento especializado; o reconhecimento da defasagem escolar ou ao contrário se o aluno foi matriculado em uma série abaixo do seu nível escolar.

## 5.2 ALTERNATIVAS CRIADAS PELOS PROFESSORES PARA MELHOR INSERÇÃO

Nas entrevistas, foi possível constatar o cuidado que os professores tiveram de atender às demandas específicas desses alunos como foi o caso da *Entrevista 9* em que o professor narra que três irmãos da mesma família em idade diferentes foram inseridos na mesma série, e ao longo do trimestre, os professores perceberam que a irmã mais velha assumiu o papel de monitora dos irmãos que apresentavam algumas dificuldades. A observação atenta dos professores, a coordenação pedagógica e direção avaliaram que a aluna poderia avançar nas séries escolares de acordo com a sua idade para que pudesse ter um melhor aproveitamento e um desenvolvimento escolar adequado. A proposta de progressão foi resolvida diretamente com a família, cumprindo todas as etapas de avaliação, reunião com a família e diálogo com a aluna.

*A gente promoveu a progressão, o avanço de uma aluna que estava matriculada no 2º ano e a gente passou ela para o 4º ano em função da idade dela e [...] do desempenho que ela estava tendo. Porque ela estava no segundo ano, matriculada na mesma turma dos outros dois irmãos dela. Ela e os dois irmãos mais novos estavam todos no mesmo ano, porque quando eles vieram para o Brasil, vieram sem documentação nenhuma, e foram todos matriculados no primeiro ano do Ensino Fundamental. Então, mesmo com idades variadas, todos foram matriculados no mesmo ano. (Entrevista 9)*

Outra especificidade narrada pelos professores nas entrevistas é que durante o período de adaptação na convivência com alguns alunos migrantes, alguns apresentaram necessidade de atendimento especializado. Isso ocorre quando o aluno revela alguma condição que prejudique o aprendizado.

A narrativa do professor sobre a identificação de condições diferentes de aprendizagem em alguns alunos reflete a preocupação do professor com o processo de ensino:

*Os irmãos tinham condições diferentes que não tinham sido diagnosticados ainda, mas tinha um tipo de condição deles que que dificultavam a aprendizagem e um deles inclusive com problemas de motricidade. (Entrevista 9)*

A professora explicou como ocorreu o procedimento de identificação, orientação, encaminhamento e acompanhamento dos alunos migrantes. A orientação sobre a necessidade de um atendimento especializado estava sendo feito pela professora e, sobre essa observação, ela relata:

*Eu tentei identificar o que eles precisariam para melhorar o desempenho. Também pela professora do atendimento educacional especializado que conhece, tem os recursos para identificar quais são as necessidades e para tipo de serviço especializado, ele precisaria de encaminhamento. (Entrevista 9)*

A escola é parte fundamental do apoio para os devidos encaminhamentos que envolvem desde a avaliação médica até o acesso aos serviços especializados. A escola faz a ponte entre a família do aluno migrante e os serviços de atendimento. Os relatos sobre essa questão aparecem em outras entrevistas com professores de diferentes escolas, o que leva a conclusão acerca da importância do olhar atento do professor em sala de aula.

No caso dos cinco alunos migrantes que o Professor 4 teve em sala de aula, um deles é da necessidade de atendimento especializado e acompanhamento médico especializado. O professor observa que a família acaba tendo dificuldades de encaminhá-lo para os atendimentos de que ele precisa, e que a escola acaba tendo um papel muito importante no acompanhamento do aluno como no encaminhamento para consultas. A família necessita do apoio da escola para fazer os encaminhamentos conforme orientações, para o melhor desenvolvimento do aluno. O relato da professora explicita essa situação:

*Ele (o aluno) tem problemas [...] o pai dele tem dificuldade de levar o filho para consultas psiquiátricas, psicólogos. Então isso causa uma certa dificuldade. O pai tem dificuldade de levar, dificuldades financeiras, dificuldade de entendimento. Tu falas “leva ele lá na UBS”, e ele não consegue lidar muito com essa situação. A própria família dele tem dificuldade. [...] Mas a gente não consegue ajudar muito ele porque a família também não ajuda muito. (Entrevista 4).*

Na entrevista, quando o professor foi questionado acerca do entendimento do pai, ele explicou que os pais compreendem a situação e a necessidade de atendimento médico especializado, mas não conseguem dar seguimento ao acompanhamento do filho por não entender como funciona o sistema de saúde, a busca pelo atendimento de saúde mental de que a escola fala e alega não ter condições financeiras e além de tudo, dificuldades de comunicação. A partir desse fato apresentado, nota-se como é importante o papel da escola quanto ao desempenho dos alunos.

A observação atenta do professor em relação ao comportamento de seus alunos e a oferta de acompanhamento da escola em situações especiais, é fundamental para a manutenção do aluno na escola como aluno e como cidadão.

Segundo relato dos entrevistados (professora 1), houve muito esforço por parte da escola para inserir algumas crianças migrantes. O relato dessa depoente trata de crianças que

não frequentavam a escola no país de origem. É uma situação que a escola teve que organizar-se para atender às crianças migrantes nas suas necessidades. Ela conta que apesar de não ter orientações institucionais da secretaria, a escola e os professores conseguiram dar uma atenção especial para o desenvolvimento da comunicação dos alunos, em especial no primeiro ano em que frequentaram a escola. No primeiro ano, todos os professores focaram no desenvolvimento da habilidade de comunicação em língua portuguesa, ensinando coisas básicas. A questão *ensino dos conteúdos* ficou em segundo plano pelo fato das crianças não terem acessado ao ensino regular e não terem sido alfabetizadas no país de origem.

*Se o aluno não compreende o português, ele não vai ser capaz de interpretar nada do que está escrito. (Entrevista 1)*

A professora relatou, que uma colega da escola tinha um período livre e utilizou esse tempo para trabalhar a comunicação individualmente com o aluno matriculado no 7º ano do Ensino Fundamental. A professora entrevistada falou que esse atendimento individual foi essencial para o processo de compreensão e aprendizagem do próprio aluno. Ela afirmou que não há modalidade de aulas de reforço para o português na escola pública, mesmo entendendo que seria importante proporcionar esse espaço para os alunos migrantes.

A disponibilidade daquele professor colaborou com a especificidade da situação não a existência de um protocolo que a escola pudesse solicitar ao município o atendimento extra para o aluno. O aluno tinha esse apoio um período por semana. O relato da professora 1 foi que as aulas de apoio foram fundamentais, não só para o aluno, mas também para os demais professores que puderam perceber a evolução do aprendizado do aluno e a melhora da compreensão e comunicação em português em sala de aula.

Em um dos relatos, na entrevista 7, em depoimento diz que escola onde leciona, o seu aluno migrante não foi incluído no “Projeto Contínuo”, e avalia que seria muito importante para o aluno ter acesso às aulas de apoio em especial de português. O “Projeto Contínuo” é uma atividade presente em todas as escolas municipais de Caxias do Sul e poderia ser uma alternativa para fortalecer o aprendizado da língua portuguesa para os alunos migrantes.

Em outro relato, a entrevistada informou que a escola onde trabalha visando ao melhor aproveitamento dos alunos, no caso de haitianos, optou por iniciar com atividades adaptadas, atividades reduzidas que gradualmente vão se aproximando das atividades da turma. Essa prática pedagógica é realizada com o intuito de proporcionar ao aluno um

material mais acessível para que possa se habituar aos poucos ao ensino em português e assim acompanhar os demais colegas de série.

Uma depoente relatou a experiência com uma aluna venezuelana que pode trabalhar o ano todo na série em que estava e afirma que a experiência foi muito positiva pois ela conseguiu adaptar o material e dar seguimento às atividades propostas em sala de aula pois a menina conseguiu desenvolver um bom entendimento da língua portuguesa.

*A menina da Venezuela, eu trabalhei com ela todo sexto ano, ela já tinha assim um domínio bom da língua portuguesa assim ela conseguir entender bem o conteúdo e foi tranquilo, então que eu trabalhava com os outros em sala de aula consegui assim adequar até conseguir encaixar [...] Essa menina que eu trabalhei [...] no sexto, no sétimo ano e agora no oitavo ano, ela saiu da escola. (Entrevista 8)*

Os entrevistados fazem comentários sobre adaptação do material escolar. Um dos entrevistados ressalta que o material adaptado pode ajudar o aluno a compreender melhor o que está aprendendo. O material adaptado pode facilitar que o mesmo acompanhe a turma. Mas, ressalta uma preocupação com a aprendizagem e desenvolvimento do próprio aluno. Pontua, contudo, que essas concessões precisam ser planejadas e modificadas de forma progressiva para que o aluno possa alcançar e acompanhar a turma em que está inserido.

Nos relatos, tem-se ciência de que no início havia uma professora que adaptava às atividades para o *Crioulo*, porém com o passar do tempo e o desenvolvimento do aluno não foi mais necessário traduzir o material. Observa-se que essa concepção do material na língua do migrante é uma forma de apresentar um material que deixe o aluno mais confortável no início da adaptação, para que o aluno possa entender e não tenha um estranhamento e um possível distanciamento. Contou, ainda, que chegaram num momento em que não foi mais necessário modificar as atividades, e os alunos migrantes receberam as mesmas atividades que os demais colegas de sala de aula.

*Olha, eu acho que bem positivo assim a caminhada. Assim, é complicado começo, sempre é complicado, mas o processo vai evoluindo. No começo as atividades são adaptadas. [...] Tinha no caso uma professora, mas agora ela não faz mais isso? Ela adaptava para o crioulo as atividades, para fazer atividade reduzida e nós fomos aumentando gradativamente essas atividades e eles foram pegando bem aí eles foram aprendendo até um ponto que eles tão fazendo as mesmas atividades que todos os outros. (Entrevista 4)*

Outra reflexão observada refere-se à tendência de homogeneizar os migrantes vistos como grupos de nacionalidade e ignorando a individualidade de cada sujeito que passa por

processos diferentes. Essa reflexão se sustenta a partir de duas experiências distintas entre si, de dois alunos da mesma nacionalidade. A partir de suas experiências, o professor discute práticas, acertos, falhas, faltas de informação e instruções sobre a maneira de conduzir a inserção das crianças migrantes e refugiadas na escola.

*Eu acho assim a gente tem uma noção de que os imigrantes são homogêneos? E aí inclusive daqueles que vem da mesma origem do mesmo país e isso é um erro tremendo. O exemplo do Aluno 1 e do Aluno 2 eles vêm do mesmo país, eles têm a mesma idade praticamente e eles são cada universo. (Entrevista 2)*

Nos relatos são apresentadas por um dos entrevistados experiências com alunos migrantes do Haiti quando ocupava o cargo de vice direção, e pode detalhar a maneira como a escola procedeu no processo de inserção das crianças migrantes. O professor ponderou que a Escola Municipal tem um caráter acolhedor e inclusivo, independente da origem da criança migrante, então há uma mobilização dentro da escola quando chega um aluno migrante.

*A Escola Municipal ela já tem por caráter o acolhimento. Então, não é pelo fato dele ser migrante ou por ser de uma região ou de outra que a gente vai desleixar. (Entrevista 3)*

Relata que a coordenação da escola faz a transição pedagógica da Central de Vagas para a escola. Após, o aluno é encaminhado para a professora do atendimento especializado, para poder aprofundar o conhecimento sobre a criança e avaliar em que condições ela se encontra no momento. Muitas vezes nesse processo a questão da comunicação é dificultada pelas barreiras linguísticas. Só depois é que o aluno vai para a sala de aula.

*Então assim é todo um processo. Houve nas condições que eu vi, todo um processo de mobilização. Mobiliza lá a coordenadora que é quem acaba fazendo todo o tramite pedagógico. Mobiliza até mesmo, em algumas situações, a professora de atendimento especializado né porque também tu está recebendo uma criança que veio de outro país, numa outra condição. Vai ter que saber se ele não tem algum comprometimento maior, né? Que não seja só o pedagógico. (Entrevista 3)*

*Claro que acompanhava mais o lado administrativo e nem tanta questão pedagógica, mas, ou seja, o acompanhamento dele na questão de refeitório na questão dos hábitos porque eles têm hábitos alguns bastante diferentes [...] Então eu cuidava mais desse lado, para ver se eles estavam integrados, se realmente tinha alguém que tinha conseguido se aproximar então mais desse lado. (Entrevista 3)*

Chama a atenção a percepção de um dos entrevistados quando trata da inserção dos alunos migrantes nas escolas em que trabalhou. Percebe que inicialmente os alunos migrantes

ficam mais deslocados na turma, com comportamento tímido, e as vezes até apresentando dificuldade de se enturmar com os colegas. A percepção que ele tem que é tal comportamento pode ser devido ao fato de a migração da família ser uma migração forçada pelas condições no país de origem. A narrativa do relato pode ser entendida a luz do pensamento de Sayad (1998) e a condição de ser migrante que tem essa dupla contradição de ser temporariamente permanente ao mesmo tempo que se torna uma situação permanentemente temporária. Algo que é sentido pelos migrantes adultos, mas que pode também ser vivenciada pelos filhos desses. De acordo com o relato, após a adaptação essa situação é superada conforme o seguinte depoimento:

*A situação condiciona um pouco o comportamento deles na sala de aula. Vejo que eles demoram para se entrosar. Eles têm uma certa timidez. Enfim, mas depois eles acabam se enturmado, se entrosando enfim, se adaptando. (Entrevista 6)*

Nesse sentido, a ponderação feita é interessante e nos faz refletir sobre o processo de integração entre adultos migrantes e nacionais e entre as crianças migrantes e nacionais no ambiente escolar. A narrativa do professor evidencia que os alunos migrantes são crianças, independentemente da condição de migrante e acredita que isso facilita o estabelecimento de laços de amizade através da brincadeira. Relações que se estabelecem de maneira mais rápida e espontânea entre crianças do que entre adultos:

*A criança se adapta muito mais fácil [...] coloca 10 crianças de 10 de países diferentes na sala de aula em alguns dias estão brincando juntos. Mesmo não falando a mesma língua estão brincando junto. Agora adulto já é diferente. (Entrevista 6).*

### 5.3 ESTRATÉGIAS DE ACOLHIMENTO

A pesquisa mostra que há vários tipos de acolhimento por parte dos professores e por parte da escola. Muitas vezes o acolhimento é uma estratégia de integração, quando se acredita que acolhimento do aluno, em sala de aula possa representar o acolhimento num país que não é o seu.

Não se pode esquecer que o professor em sala de aula, não tem apenas o aluno migrante. Tem que atender todas as demandas que surgem. Num dos relatos, o professor relembra que seguiu seu plano de aula sem muitas alterações, mas sempre buscando conversar e dar atenção aos alunos, verificar como estavam compreendendo a matéria, buscando se

conectar com alguma referência ao país de origem. Com observação atenta às especificidades da comunicação e entendimento e integração dos alunos migrantes. Ele relata:

*Olha, eu procurei receber eles da melhor forma possível, assim tentar acolher eles mesmo? Porque eu sei, eu morei fora em outro lugar, e é ruim para o estrangeiro? Você se sente meio deslocado, não é fácil se sentir acolhido? E outras tem uma série de problemas concretos como documentação, é isso atrapalha muito a vida? [...] Eu procurei acolher bastante eles. (Entrevista 6)*

E segue o seu relato:

*Não fiz plano de aula diferente para ele, mas dentro da minha aula eu procurava às vezes manter uma relação direta, assim conversar direto com a pessoa sabe... que nem esse menino ali e pedir para ele me ensinar algumas coisas e tal no meio da aula, sabe não assim depois da aula, no meio da aula eu parava, dava um tempo da explicação e dizia: 'Fulano, mas escuta aqui... como é que fala isso? [...] Procurava atender, tratar eles assim, de uma forma mais próxima para ele se sentir um pouco mais acolhido. (Entrevista 6)*

Alguns dos professores entrevistados relataram que a pandemia dificultou ainda mais a situação do aluno migrante. A aula presencial o contato para acolher era mais fácil do que no sistema remoto. Uma das entrevistadas comentou que teve a sua primeira aluna migrante em 2021, durante o período da pandemia em que o ensino estava na modalidade remota e depois passou para o modelo híbrido alternado<sup>26</sup>.

Ela revelou a grande dificuldade de comunicação e socialização dessa aluna que foi inserida na escola no contexto de isolamento social. A professora relata que percebe que a aluna não havia estabelecido relações de amizade e afeto e percebe que muitas vezes estava triste. A escola e os professores fizeram o possível para acolher a menina, mas os esforços não deram o retorno esperado, no sentido de promover a integração dela no ambiente escolar.

Além da comunicação, a aluna tinha dificuldades de acessar as plataformas digitais para acompanhar as aulas.

*Pensando na escola como um lugar agregador [...] eu percebo que por mais que os professores acolham a aluna migrante, e a própria direção da escola faça esse acolhimento, ela não está integrada e essa é a grande dificuldade que ela tem em decorrência da comunicação, da linguagem. Ela tem muita dificuldade de entender o que a gente fala, a gente tenta se comunicar com ela. Também tem a questão da sociabilidade.... E as questões socioeconômicas dela prejudicam o acesso ao*

<sup>26</sup> O modelo híbrido alternado foi adotado pelas escolas como uma maneira de proporcionar o estudo presencial respeitando as medidas de segurança e distanciamento social. Nesse modelo os alunos do grupo 1 vão para a escola presencialmente durante uma semana e na semana seguinte acompanham as aulas onl-ine alternando com o grupo 2.

*Google Classroom 1. Então ela acabou ficando bastante tempo a distância e as poucas vezes que ela vem presencial ela tem muita dificuldade de compreensão e nós professores de nos comunicar com ela. (Entrevista 7)*

No relato, identifica-se que a tristeza da aluna e a empatia da professora com ela. A professora disse:

*ela não chora em sala, mas às vezes a direção chama a família para conversar e a menina demonstra essa tristeza por não estar conseguindo se integrar nesse conjunto". (Entrevista 7)*

Como estratégia para vencer a barreira da comunicação, a professora busca utilizar o *Google Tradutor* para que a aluna pudesse acompanhar e compreender o que está sendo trabalhado na aula. A professora conta:

*Eu tenho muita empatia por essa menina e veja assim que ela está passando por um sofrimento intenso dentro da escola". (Entrevista 7)*

Porém nem sempre consegue dar conta de dar aula em português e utilizar o recurso para uma tradução simultânea, mesmo que haja semelhança entre português e espanhol.

*Eu me comunicava com os alunos em português e depois eu fazia a mesma comunicação com ela em espanhol, mas aquele espanhol direto do tradutor [...] em algumas aulas isso facilitou, porém eu não conseguia dar conta de fazer isso em todas as aulas. [...] Eu sinto essa dificuldade assim, eu acho que a escola pública não está preparada para receber esses Imigrantes de forma alguma, sobretudo na questão da língua. (Entrevista 7)*

A professora explicou que muda a sua prática pedagógica quando a aluna está em sala de aula, utilizando métodos mais didáticos para que a aluna possa acompanhar os conteúdos, por isso opta por colocar a matéria no quadro de forma escrita, assim ela pode treinar a habilidade da escuta e escrita em português. E por outro lado, evita passar atividades como ditados e outros métodos que pudessem ser menos compreendidos pela aluna.

*Ela copia as coisas quando eu passo no quadro. Então são processos habilidades que a gente vai desenvolvendo na convivência com eles, né? Então eu tenho o hábito de às vezes ditar ou debater algo, mas quando o grupo dela vai eu evito de fazer porque eu preciso passar no quadro. Preciso ser mais didática, então eu mudo a prática pedagógica quando tem o grupo dela em sala de aula para que ela possa pelo menos em alguma medida atingir a apreensão. (Entrevista 7).*

Nos relatos, fica evidente a preocupação com o acolhimento inicial, ou seja, a preparação da turma para o acolhimento dos alunos migrantes. Atitudes simples, de recepção, como “Bom dia”, “boa tarde”, “Como vai?” foram frases ou palavras que os alunos da turma se preparam para conversar com os alunos migrantes.

*Foi uma professora de geografia, que é formado em história que ela trabalhou com eles para conseguir chegar nesses alunos [...]. Ela falou para os alunos ‘você vão pesquisar frases na língua deles, dando bom dia, boa tarde, como você está? Você está feliz? [...] os alunos estavam bem envolvidos, eles queriam perguntar, eles estavam pesquisando como se escrevia na língua para ajudar. (Entrevista 8)*

Ainda no contexto da pandemia, houve um relato de um professor que estava aguardando orientações pedagógicas para inserção dos alunos migrantes na sala de aula quando ocorreu a determinação de ensino a distância em razão da pandemia por COVID-19. Nesse período, segundo depoimento, houve duas situações em que iniciou as aulas com alunos migrantes, porém o processo foi interrompido. No primeiro caso um aluno haitiano do 6º ano, que frequentou as aulas presenciais por duas semanas antes das restrições sanitárias. E o segundo, com um aluno venezuelano que está matriculado, porém não frequenta as aulas, nesse caso o processo de adaptação ficou prejudicado pela evasão escolar:

*Assim a experiência que eu tive com um aluno haitiano que falei só foram duas semanas. Então eu não tive uma experiência assim para ver como eu iria trabalhar na sala de aula, porque ainda era uma grande novidade. E a gente estava esperando vir orientações da 4ª CRE. Veio a pandemia e a gente não pode dar continuidade ao que estava iniciando. (Entrevista 8)*

Quando questionado sobre quantos alunos já teve em sala de aula, o entrevistado respondeu que de 2012 a 2014 foi o período que mais teve alunos migrantes; em média 8 alunos haitianos na escola localizada no Bairro Serrano. O Professor observou também que após um certo período notou uma diminuição do número de alunos migrantes na escola, e uma das justificativas trazidas pelas famílias era a de que os pais se mudaram da cidade.

*Mas tem um processo pelo menos que a gente percebe, ou não sei se é se é de fato, que teve uma onda de imigrantes haitianos muito forte ali, talvez em 2012-2013, não talvez porque mais 2013-2014, mas depois também diminuiu, né? Não sei se houve algumas migrações regionais com saída de haitianos daqui de Caxias do Sul em direção a outros centros. Então, talvez 2013-2014 eu acho que em torno de 8 estudantes haitianos. (Entrevista 5)*

#### 5.4 ADAPTAÇÃO ESCOLAR E CHOQUE CULTURAL

Uma das dificuldades observadas pelos professores é a questão da língua no período de adaptação escolar. Sem conhecer o idioma, o processo de aprendizagem é mais difícil. A língua é cultura e conseqüentemente expressa a diferença cultural que estão vivendo. O conhecimento da língua propicia a comunicação, a integração e a socialização:

*Ainda mais a dificuldade do idioma então isso multiplica o problema. Então claro que o choque foi muito grande. Tu acabas dando conta de uma determinada parte, mas é bem como eu te disse, talvez uns 30% daquilo que rola numa sala de aula, eles conseguem entender ou absorver. (Entrevista 3)*

Alguns professores pontuam que foi possível observar que alguns alunos migrantes, apresentavam defasagem de aprendizado em relação ao país de origem. Alguns inclusive não haviam sido alfabetizados, situação que pode ter sido causada pela condição do migrante no país de origem ou pelos processos de deslocamento interno e migração internacional.

*Em geral, eles vêm com grandes deficiências. Isso é bem preocupante. Na nossa escola as professoras acabaram dando conta [...], mas assim, os primeiros contatos foram bem difíceis pelo que eu lembro. (Entrevista 3)*

No Haiti, muitas vezes, é necessário pagar pela educação dos filhos, e em muitos casos, os pais migram primeiro, fazem remessas financeiras para a manutenção da família. E enquanto estão no processo da regularização migratória e integração socioeconômica no Brasil, muitas vezes, os filhos ficam com familiares até que os pais consigam se estabelecer e alcançar os meios legais e financeiros para fazer a reunião familiar dos seus. Situação que não ocorre apenas com os migrantes haitianos, mas com boa parte dos migrantes que são de alguma forma obrigados a sair do seu país de origem para conseguir melhores condições de vida.

Um dos relatos chama a atenção que pode ocorrer um choque cultural quando o aluno de outro país chega na escola brasileira. O relato salienta que para qualquer pessoa sair da sua comunidade onde há laços familiares e rede de apoio e ter que migrar para um país diferente onde a língua e a cultura são estranhas à sua, está sujeita a sofrer conseqüências das diferenças. Nessa perspectiva, o depoimento destaca o papel da escola para os alunos migrantes e sua família na nova comunidade em que está se inserindo.

*Como seria se a gente precisasse mudar de país? Seria um choque talvez cultural? de adaptação? [...] A escola, na verdade é uma referência muito importante. (Entrevista 10)*

Na pesquisa, aparece que a língua poderia ser aprendida também por meio de brincadeiras e conseqüentemente poderia gerar uma maior interação. A observação feita por professores mostra que a língua é um problema e que pode ser superado de várias formas, inclusive por meio de brincadeiras. Os relatos apontam que o processo de aprendizado do português, pode ocorrer de maneira mais fácil com a integração entre as crianças:

*Tinha um menino brasileiro do 9º ano que ele havia ganhado um campeonato de rima e as meninas do 8º ano de tarde um dia na sala de aula no fim da aula, elas começaram a brincar de rima aí uma falava uma coisa é outra responde, aí elas davam risada na sala de aula. E a aluna migrante, embora ela não soubesse falar a língua ela via que era o momento de descontração era um momento de brincadeira com as colegas. Foi uma das poucas vezes que eu a vi sorrindo assim que ela começou a interagir. (Entrevista 8)*

A pesquisa confirma que o desconhecimento da língua de acolhida é uma das dificuldades que precisam ser superadas pela criança migrante, mas também pela sua família. Nos relatos dos entrevistados quanto à inserção de crianças migrantes no sistema escolar no município de Caxias do Sul é evidente o transtorno que gera quando a criança não consegue se comunicar. Não é apenas a questão da língua oficial do país de partida como também os dialetos utilizados do lugar de procedência.

A identificação da barreira da comunicação com os alunos migrantes é portanto, um dos desafios para a inserção do aluno migrante na escola.

Nos relatos seguintes, pode-se constatar as dificuldades percebidas pelos professores no critério comunicação. A barreira da comunicação é um dos principais desafios para a inserção das crianças migrantes pois não há estrutura para acolher a demanda dos alunos migrantes nas escolas públicas. A estrutura que existe na escola muitas vezes não está adequada a necessidades específicas.

*A questão de idioma é bem complicada né. Como é que eu vou te dizer, meio no desenho que funciona nesses primeiros momentos desse funcionamento. (Entrevista 3)*

*Têm uma certa dificuldade no começo ainda mais até se adaptar. Até haver a adaptação tem uma dificuldade. Mas as coisas vão... com passar do tempo, as coisas vão melhorando, essa comunicação vai se tornando mais fluída. (Entrevista 4)*

*Lembro que um deles tinha recém-chegado e tinha bastante dificuldade de entender o que eu estava falando. [...] Depois aquele mais despachado, já tinha na turma o outro que chegou depois. Ele não falava quando ele chegou, não falava quase nada. Mas como ele estava na mesma turma que esse outro, acho que era primo, então acabava facilitando muito. Esse outro meio que traduzia para ele. Depois foi indo, mas ele tinha mais dificuldade. (Entrevista 6)*

*Uma aluna que entrou na metade do ano, era do Haiti, ela não entendia um oi e a gente não entendia nada [...] não conseguia trocar uma frase com ela. Foi bem difícil. Acho que ela também tinha recém-chegado, era muito tímida muito tímida mesmo. (Entrevista 6)*

Muitas situações que foram relatadas mostram a preocupação dos professores de minimizar o problema da língua, inclusive com a mobilização da escola para que o objetivo principal da aprendizagem dos alunos fosse positivo. Em um dos relatos o professor conta que utilizou recursos como dicionários em francês, com ilustrações para tentar se comunicar com o aluno, porém teve poucos resultados pois a língua materna era o *Crioulo* haitiano e não compreendia o francês. Ele relata:

*Eu até peguei um dicionário em francês com ilustrações, francês português enfim porque a aluna não estava entendendo nada. Então o conteúdo, a matéria que nós estamos trabalhando para ela não fazia sentido. Ela não entendia absolutamente nada. (Entrevista 6)*

O professor comentou que fizeram aulas diferentes para a aluna com o foco no vocabulário português/francês, porém ela também não compreendia o francês.

*A gente tinha que fazer uma aula específica para ela que não se comunicava. Era uma aula nada muito elaborado, com o vocabulário em português e francês. [...] E inclusive era mais difícil ainda porque ela não dominava francês. (Entrevista 6)*

Essa questão importante para refletir sobre o fato de que o aluno migrante que é inserido na escola, tem sua língua nativa e o português acaba sendo a segunda língua, (tendo frequentado a escola no país de origem ou não). O aprendizado de uma segunda língua apresenta diferentes níveis de desenvolvimento de habilidades no que se refere a comunicação: fala, compreensão oral, leitura e a escrita.

A língua oficial muitas vezes refere-se a língua estabelecida pelos países colonizadores nos países que foram colonizados (como Haiti, Senegal, Gana). Realidade também estabelecida em países da América latina como o Brasil e nos países hispanos (como é o caso da Venezuela, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia). Já a língua materna, refere-se à língua que se aprende em casa, na família ou comunidade. É considerada língua pois é

amplamente utilizada por uma comunidade, um grupo étnico, uma região e até um país inteiro como é o caso do *crioulo* no Haiti.

A primeira questão com a qual o professor se depara na inserção do aluno migrante é a língua, em especial quando o aluno recém-chegado no Brasil. É uma questão de adaptação dos alunos migrantes na escola brasileira.

Em um dos relatos, o professor comenta sua experiência sempre deu aula para as crianças migrantes do Ensino Fundamental anos iniciais e percebe que eles acabam aprendendo o português com mais facilidade até mesmo que os adultos. Destaca que o essencial para as crianças migrantes é criar condições para que ocorra a comunicação.

A interação de alunos migrantes com os alunos brasileiros pode facilitar o aprendizado da língua. Na entrevista 1, a professora narra que os alunos da classe queriam ensinar para o menino haitiano o português e esse ensinava aos colegas palavras em *Crioulo*. Observa-se que a experiência e a troca de aprendizados, através da brincadeira e da convivência, foram essenciais para as crianças migrantes aprenderem a língua de acolhimento. Constata-se, portanto que a inserção quando promovida pela interação, tem o potencial para superar outros tipos de situação ou choques que possam ocorrer pela diferença de culturas.

Quando questionados sobre a comunicação com os pais dos alunos migrantes, alguns professores afirmam ter mais dificuldade de se comunicar com os pais do que com os próprios alunos, muitas vezes solicitam ajuda das crianças migrantes para fazer a tradução. Um dos professores conta que foi representante da turma para a entrega do boletim, e normalmente era o pai do aluno migrante que participava, na ocasião, a mãe do aluno é que foi até a escola.

Dessa forma, por já ter tido uma boa comunicação com o pai, o professor conta que iniciou o diálogo falando sobre o desempenho do aluno até que foi avisado pelo próprio aluno que a mãe não compreendia o português. Relatou que se sentiu envergonhado por não ter percebido que ela não compreendia o português antes de falar. Situação foi resolvida com a mediação do aluno migrante.

Pode-se observar maior dificuldade de comunicação com os pais do aluno e com a interpretação das orientações para as atividades, em especial em período de pandemia. Nesse sentido também um dos professores mencionou ter tido dificuldades quanto a comunicação com os pais sobre questões de participação e dedicação do aluno. Notou que não houve a compreensão entre eles.

Essa questão pode estar associada ao fato de as crianças frequentarem diariamente espaços de aprendizagem e contato com outros alunos, professores e comunidade escolar no

geral. Nem sempre os pais dos alunos migrantes conseguem acessar aulas de português para migrantes por exemplo, ou frequentar outros espaços de convivência e troca com a comunidade local. Muitas vezes, a socialização com a comunidade local acaba ocorrendo no convívio do trabalho para aqueles que conseguiram se inserir nesse mercado.

É importante considerar que para os pais que estão desempregados ou estão ocupados com tarefas caseiras, o convívio e interação social são mais difícil. Fato que pode indicar até certo isolamento da comunidade migrante.

Nesse sentido pode-se perceber a importância do fortalecimento comunitário no estabelecimento de vínculos no território em que a escola atua. Talvez uma boa estratégia para inclusão e integração das crianças migrantes seja envolver os pais nas atividades extracurriculares e abertas à comunidade que a escola possa vir a desenvolver.

## 5.5 RELAÇÕES SOCIAIS ESTABELECIDAS ENTRE A ESCOLA, A CRIANÇA E A FAMÍLIA

As relações sociais estabelecidas entre os envolvidos são fundamentais para o sucesso da integração do aluno na escola. O papel do professor, segundo constatado na pesquisa é essencial como elemento norteador da integração, pois ele será o mediador entre a criança, os colegas, a escola e os pais. Essa interação como processo de adaptação é necessária no contexto da migração pelo fato de envolver sistemas distintos de ensino-aprendizagem, culturas, valores, regras e normas bem como a própria comunicação.

Nas teorias de migração, se discutem a questão da adaptação e a questão da assimilação. A questão da adaptação para a migração é condição *sine qua non* para se sentir parte do grupo. Para os adultos que migram a situação pode parecer provisória, mas para a criança em formação, sua aceitação é muito importante para que se possa abrir para o conhecimento.

Nessa relação entre escola, alunos, família e comunidade local pode haver várias barreiras como a questão da comunicação, as diferenças culturais, religiosas e os costumes alimentares. Mas ao mesmo tempo, há muita riqueza nas trocas culturais entre os alunos brasileiros e migrantes, entre a escola e as famílias.

Em uma das entrevistas, o professor narra uma atividade realizada na escola, organizada como uma ação social para toda a comunidade local. Segundo relato, nessa ação havia uma sala temática sobre o Haiti, organizada pelo pai de um dos alunos.

*O resultado foi muito interessante, muitas pessoas participaram do espaço e demonstraram interesse em conhecer mais sobre a cultura haitiana. (Entrevista 4)*

O professor conclui que a ação:

*“foi bem interessante, bem interessante mesmo. Muita gente que foi nessa sala foi ver, foi se inteirar sobre o assunto. Foi bem, bem positivo mesmo. Eu não vi aquela sala vazia. (Entrevista 4)*

A comunicação entre a escola, a família e os alunos, é muito importante para a adaptação da criança migrante. O acolhimento como dito é uma parte da confiança que a criança adquire no seu processo de aprendizagem. A pesquisa<sup>27</sup> mostra que existem pais que se preocupam com o desempenho dos filhos e que admiram a escola pelo que ela oferece e pelo acolhimento que fez aos seus filhos. Entretanto, há pais que não estão atentos e que as crianças enfrentam muitas dificuldades para se adaptar na escola. A presença dos pais migrantes na escola dos filhos pode até ajudar a compreender a situação que os alunos passam no processo de migração.

Na relação escola – aluno – família, conforme relato dos professores, há barreiras linguísticas, dificuldades de comunicação e interpretação. Mas o contato, o espaço de convívio parece ser o caminho para uma possível superação das dificuldades e da comunicação. A compreensão da condição do migrante, nos termos de Sayad (1998) é fundamental para as relações sociais que se estabelecem no dia a dia.

Os professores acreditam que para que a escola tenha maior familiaridade com o aluno migrante e com sua família, eles devem ser considerados sujeitos de direitos como os demais alunos, integrados e respeitados como tal. É importante ter orientações básicas que iluminem a relação escola-família.

Algo no sentido de algumas orientações básicas de talvez como abordar a família, nesse sentido de tu fazer a relação escola/família. Que é uma relação

---

<sup>27</sup> Os professores 1 e 2 observam que em suas experiências com alunos migrantes, os pais desses eram bem presentes e se preocupavam com a educação dos filhos. Um dos professores chegou a comentar que os pais tinham uma grande admiração pela escola e pela maneira como a escola acolheu os filhos. Em contrapartida, o professor 3, fez uma observação diferente quanto à presença dos pais na educação dos filhos e o incentivo para o estudo, o que pode ter tido um efeito de “desleixo” dos alunos em relação à educação. Nessa comparação é possível afirmar que a presença dos pais ou responsáveis legais no acompanhamento dos filhos no estudo e na escola é um fator muito relevante para o desenvolvimento escolar dos alunos de maneira geral, mas em especial para os alunos migrantes.

superimportante. [...] Até parece que a gente tem aqui o que eu falei para ti que as informações a gente tenha familiaridade com ele? Porque o estudante não pode ser um estranho na sala de tem que ser um sujeito que tem uma trajetória e isso é fundamental (Entrevista 2).

O aluno migrante precisa ser reconhecido como sujeito de direito para que a educação não esteja voltada apenas para à aprendizagem de conteúdos, mas que seja uma educação voltada para à cidadania. Por esse motivo, a escola não pode se eximir da sua universalidade, ou seja, de que seus alunos possuem direitos iguais.

*Acho que primeiramente esta questão dos direitos dele me parece fundamentais sobretudo pra aquelas pessoas vou fazer a recepção porque a primeira pessoa que vê o aluno ao chegar na escola da secretaria né as pessoas a secretaria que fazem a matrícula. Então isso me parece bem importante e eu imagino que nem todos estão familiarizados com essa questão. [...] E não só para a secretaria, né, mas acho que para os professores também. Acho que de uma forma geral existe um desconhecimento sobre os direitos de todo mundo. [...] Mas essa questão de que eles estão ali como sujeitos que tenho direito de estar ali. Eu acho que isso é fundamental até para uma eventual atividade pedagógica. (Entrevista 2)*

Sayad (1998) analisa a relação da migração e o trabalho no país de destino do migrante. Que o migrante é sempre uma força de trabalho e é visto como tal. Daí sua condição de provisório. Mas para o filho é sua inserção no mundo, na vida, no coletivo. Muitos migrantes que têm filhos na escola onde foi feita a pesquisa, possuíam, no país de partida, qualificações muito reconhecidas e na migração perdem esse *status* social principalmente porque aceitam a nova condição que lhes é dada, de ser imigrante:

*Alguns professores e eu resolvemos trabalhar sobre o Haiti e as migrações Haitiana [...] e convidei alguns pais para gente poder produzir alguma coisa junto, dialogar, discutir. E foi bastante interessante porque tinha muitas coisas que eu não imaginava. O que me chamou muita atenção já de primeiro ponto foi que a grande maioria dos pais estudou muito, a maioria inclusive tinha ensino superior, sabiam falar mais línguas. (Entrevista 5)*

*Um dos pais falava três a quatro idiomas. Trabalhava no Haiti como engenheiro de telecomunicações. O outro era professor. Na realidade, tinha vários pais de crianças que eram professores. É lógico, essa questão do imigrar ... lá eles tinham colocações legais, trabalhos legais, mas quando vieram para cá acabavam ficando desempregados ou então tem que trabalhar em outras coisas que a gente sabe? São aqueles empregos que remuneram menos ou que são mais pesados. (Entrevista 5)*

A pesquisa também aponta que houve uma boa receptividade dos alunos migrantes por parte da comunidade da escola e eles parecem ter se integrado com os demais. As crianças são diferentes dos adultos.

*As crianças elas vêm as relações totalmente diferentes. Eu diria, eu diria que aqui até é bastante como é que vou dizer, pelo menos nas populações aqui nas comunidades que eu trabalhei. Era bastante receptivo aos estudantes? Não. Não acho que por parte das crianças que que receberam eles como colegas geralmente eram bastante receptivos [...] eram recebidos bem pelo grupo e de certa forma ou de outra acabavam entrando numa dinâmica legal. (Entrevista 5)*

*Eu acho que depende a escola que eles vão se inserir né Juliana é assim, eu não acho que essa escola de Ana Rech que fosse o melhor lugar para esses alunos estarem sabe que ela porque Ana Rech é uma comunidade muito restritiva. [...] Tudo bem que a escola ali ela já abrigava assim aluno de vários lugares, mas assim os professores antigos da escola diziam assim, “uma vez a escola era melhor era só aluno daqui” entendeu? Então não é uma escola acolhedora. Embora já muitos professores não eram daquela região então acho que servia até para nós esses comentários às vezes né? Porque a gente não era da comunidade ali também. Então não sei talvez não fosse a melhor escola para eles estarem sabe. [...] Eu sinto que uma parte dos alunos acolhiam bem e tal outros não se envolviam assim, às vezes rolava um quê de racismo enfim, bastante presente naquela região lá, mas assim também aqueles que não eram dali acolhiam bem. (Entrevista 6)*

A falas citadas acima mostram comportamentos diversos em relação aos migrantes. Algumas escolas tiveram mais facilidade de aceitação e integração e outras, mais resistência aos migrantes. Entretanto, o foco do estudo é a inserção da criança migrante na escola e a importância de o sistema escolar criar mecanismos de inserção sem dificultar a integração.

## 6 CONCLUSÃO

Após concluída a pesquisa, foi possível observar que a responsabilidade pelo processo de inserção e adaptação do aluno migrante na escola fica com o professor. Muitas vezes recai ao professor a tarefa de desenvolver estratégias pedagógicas em sala de aula, de observar e buscar compreender questões culturais, religiosas, bem como e o contexto que o aluno migrante vive.

Na maior parte das narrativas dos professores, foi observado essa preocupação com as especificidades dos alunos migrantes e o seu desenvolvimento escolar. Muitos deles afirmam que conseguiram “dar conta” mesmo sem um projeto de apoio. Entretanto, é necessário pontuar que há limites no ato de atender às necessidades e prestar um atendimento especial. Numa das entrevistas, o professor faz uma reflexão sobre a prática educativa e a necessidade de cumprir muitas tarefas que, às vezes, sobrecarregam os professores e limitam essa atenção que deveria ser diferenciada nos casos dos alunos migrantes:

*Os professores geralmente são sobrecarregados, tem muitas tarefas sempre a cumprir, e quando chega um caso que precisa de uma atenção especial, nem sempre a gente se encontra a disposição de entender aquele caso específico e pensar. E tem muito desconhecimento a respeito das migrações. (Entrevista 9)*

Por esse motivo é muito importante o estabelecimento de um plano ou projeto que apoie a escola na maneira como proceder, possíveis estratégias de integração do aluno migrante, exemplos de boas práticas, e considerações sobre as especificidades culturais, linguísticas e religiosas dos alunos migrantes.

A pauta sobre a presença do aluno migrante precisa ser incluída nas discussões dos conselhos municipais, estaduais e nacionais como uma realidade da escola brasileira. Um dos objetivos específicos do presente trabalho é romper com a invisibilidade das crianças migrantes na migração através da reflexão e problematização da realidade e da inserção delas nas escolas do Município de Caxias do Sul.

As entrevistas mostram que de modo geral não há um consenso sobre a inserção das crianças migrantes na escola. O processo de análise e equivalência das séries é realizado pela Central de Vagas do Município que faz a avaliação inicial. Após, fica a cargo da escola e dos professores realizar a inserção dos alunos no ambiente escolar. Nas entrevistas foi possível constatar que esse processo de inserção das crianças migrantes na escola é heterogêneo e tem

muitas especificidades de acordo com a singularidade dos alunos, a sua situação migratória, o contexto da família, a sua história e vivência pessoais no país de origem.

Observou-se que as experiências migratórias na qual as crianças estão envolvidas direta ou indiretamente pode ter implicações diretas na vivência escolar, na adaptação ao novo ambiente cultural e linguístico que a escola proporciona, pode ter implicações no aprendizado e no desenvolvimento da criança. Foi possível observar nas entrevistas, que o professor tem um papel fundamental na observação e olha atento às diversas realidades das crianças migrantes em sala de aula.

Podemos compreender que o processo de adaptação cultural e linguística e a aprendizagem das crianças migrantes e refugiadas em escolas brasileiras demandam uma atenção em especial por conta das diferenças linguísticas e da própria situação escolar no país de origem da criança em mobilidade humana. É necessário considerar a importância do tempo para a adaptação, acompanhamento do professor, adaptação da prática pedagógica para que o aluno possa gradualmente compreender, participar, apreender e ser avaliado como os demais alunos.

E o tempo de adaptação pode variar de aluno para aluno, considerando o fator da língua materna do migrante, o histórico escolar do aluno e a frequência dele na escola do país de origem, do acompanhamento dos pais na educação das crianças migrantes, e a forma como foi o processo de migração dessa criança.

Observou-se que a barreira linguística é um dos maiores desafios para a integração dos alunos migrantes em sala de aula, todos os professores entrevistados relataram essa dificuldade. Algumas escolas optaram por focar inicialmente no aprendizado do português e na comunicação com apoio do atendimento especializado. Outros afirmaram que fizeram modificações no material entregue incluindo mais figuras e com avaliação mais questões de múltipla escolha. Outros professores disseram prestaram um atendimento diferenciado no sentido de verificar se os alunos estavam compreendendo as explicações.

Outros professores utilizaram estratégias pedagógicas para buscar referências acerca dos alunos migrantes para desenvolver a compreensão através do universo identidade cultural e linguística do aluno migrante. Outros professores, inicialmente traduziram o material para a língua do aluno migrante, no caso o *Crioulo*. E muitos deles utilizaram ferramentas como o *google tradutor* para serem compreendidos, porém esse método demanda tempo e nem sempre os professores conseguem utilizar pois precisam atender à todos os alunos em sala de aula.

A sugestão de alguns professores era que obtivessem o apoio do “Projeto Contínuo” aos alunos migrantes que apresentassem maiores dificuldades com a comunicação e entendimento. A maioria dos professores afirmou que buscaram apoio pedagógico com instruções sobre a integração das crianças e adolescentes migrantes na escola local. E muitos relataram não ter recebido orientações para essa prática.

Outra observação é que a interação com os alunos e com professores é fundamental para o desenvolvimento da comunicação dos alunos migrantes. Os relatos dos professores revelam que as restrições impostas pela situação sanitária para evitar a disseminação do Covid- 19 prejudicaram o aprendizado e desenvolvimento dos alunos em geral, mas em especial dos alunos migrantes e refugiados. Muitos deles não tinham acesso às ferramentas necessárias para acompanhar as aulas. Outros acabaram se afastando e não participando das aulas, não entregando as tarefas solicitadas. Situações que na avaliação dos professores prejudicou o desenvolvimento dos processos de aprendizagem e adaptação na escola.

Várias foram as sugestões dos professores para a elaboração do *Guia do Aluno Migrante*. As sugestões incluem que a mesma aborde quem são os migrantes, suas nacionalidades, localização de seus países de origem; definição da língua falada pelos migrantes, motivos da migração e razões da escolha da cidade de Caxias do Sul como destino. Sugerem que sejam incluídas estratégias de comunicação para os professores e recomendam que o guia traga informações sobre questões culturais e religiosas sobre os alunos migrantes. A identificação de diferenças culturais e transnacionais podem auxiliar na reflexão sobre as diversas realidades da inserção das crianças migrantes na escola.

*Então tem uma leitura diferente, eu acho, penso que ajudaria, que quebrasse um pouquinho esse choque cultural. Se eu vou receber um muçulmano, eu sei que ele vai ter uma diferença muito grande. E embora a escola tenha esse caráter [...] de inclusão, mas o conhecimento não é naquele momento, digamos assim, genérico, nem todo mundo domina o que que é um muçulmano, nem todo mundo domina as diferenças do Crioulo ou da própria com construção do Haiti. (Entrevista 3)*

É necessário pontuar que a política migratória brasileira está em processo de construção, tanto à nível nacional, estadual quanto no municipal, e a aprovação da Lei de Migração (L.13.445/2017) foi um importante marco jurídico para a garantia de direitos da população migrantes. Entretanto, a sua aprovação não encerra os esforços para o estabelecimento da política migratória, na verdade, a legislação prevê que haja esforços das diferentes instâncias para a construção de políticas migratórias de acordo com a realidade

regional e local. E o debate sobre a inserção das crianças migrantes na escola, como garantia do direito à educação, também está nesse processo.

No decorrer da presente pesquisa, inclusive, foi publicada a Resolução n. 1 publicada no DOU no dia 13 de novembro de 2020 pelo MEC, Conselho Nacional de Educação e pela Câmara de Educação Básica, que determina o direito à matrícula no sistema de ensino público brasileiro de crianças migrantes, refugiadas, apátridas e solicitantes de refúgio. Essa resolução nacional, relativamente nova, precisa ser incorporada pela rede de ensino público.

Parece que é urgente que a rede escolar coloque na pauta de discussões os desafios que surgem quando da inserção de alunos migrantes, e que reflita sobre as práticas adotadas pela escola e pelos professores e os impactos positivos e negativos no contexto em que está localizado. Na pesquisa de campo foi possível observar que muitas vezes a responsabilidade pelo processo de inserção recai sobre o professor e a escola, que não encontraram um suporte que responda às demandas que surgem durante esse processo.

É importante que a escola e os professores, e principalmente, os migrantes participem desse debate a partir de uma perspectiva crítica acerca das migrações contemporâneas. Percebe-se a necessidade de haver mais pesquisas e produções versando sobre este o tema – aluno migrante – e os aspectos que integram a inserção do aluno migrante na perspectiva da integração. Também foi possível observar entre a fala dos professores a importância de promover formação continuada para os professores sobre o tema do aluno migrante, pois é uma realidade em constante mudança.

Por fim, ressalta-se a relevância do papel da escola, do professor e dos atores escolares no processo de inserção das crianças migrantes na escola. Conclui-se que a escola tem um papel fundamental no desenvolvimento escolar, na socialização das crianças migrantes, na integração da criança e da família migrante na comunidade local, além de ter um caráter protetivo na garantia dos direitos das crianças em situação de migração.

## REFERÊNCIAS

ACNUR. **Apenas 34% dos jovens refugiados estão matriculados no ensino secundário.** Genebra, 07 de setembro de 2021. UNHCR/ACNUR Brasil. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2021/09/07/apenas-34-dos-jovens-refugiados-estao-matriculados-no-ensino-secundario/> Acesso em: 7 jan. 2022.

ACNUR. **Declaração e Plano de Ação do Brasil:** um marco de cooperação e solidariedade regional para fortalecer a proteção internacional das pessoas refugiadas, deslocadas e apátridas na América Latina e no Caribe. Brasília, 2014. Disponível em: [Declaração e Plano de Ação do Brasil \(acnur.org\)](#) Acesso em: 07 jan. 2022.

BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta. Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p.119-143, 2017.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. Tradução Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes. 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta.** Trad. de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BECKER, Olga Maria Schild. **Mobilidade espacial da população:** conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). Explorações geográficas: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 319 -367.

BRASIL. **Constituição Federal (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)> Acesso em: 7 jun. 2019.

BRASIL. **Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980.** Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6815.Htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6815.Htm)> Acesso em: 7 jun. 2019.

BRASIL. **Lei n 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm) Acesso em: 15 nov. 2020.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm) Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. **Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017.** Institui a Lei de Migração. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm)> Acesso em: 20 nov. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 7 fev. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução nº 1, de 13 de novembro de 2020**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-1-de-13-de-novembro-de-2020-288317152> Acesso em: 13 janeiro de 2022.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 12, de 14 de junho de 2018**. Brasília. 2018. Disponível em: [Portaria 12-2018.pdf \(mre.gov.br\)](#) Acesso em: 13 jan. 2022.

BUSSO, Gustavo. *Pobreza, exclusión y vulnerabilidad social: usos, limitaciones y potencialidades para el diseño de políticas de desarrollo y de población*. Buenos Aires, 2005. Disponível em: <http://www.redaepa.org.ar/jornadas/viii/AEPA/B10/Busso,%20Gustavo.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu de.; MACEDO, Marília F. R. de. **Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020. Disponível em <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a> Acesso em: 13 jan. 2022.

CAXIAS DO SUL. Conselho Municipal de Educação. **Parecer do Conselho Municipal de Educação CME n. 023**, de 15 de julho de 2014. Caxias do Sul, 2014. Disponível em: <https://gcpstorage.caxias.rs.gov.br/documents/2018/04/b9cee1e5-bfda-4d40-8f7801eb60670d13.pdf> Acesso em: 10 nov. 2020.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Cuadernillo de jurisprudencia de la corte interamericana de derechos humanos nº 2: personas situación de migración o refugio**. San Jose, 2021 . Disponível em: [Microsoft Word - Cuadernillo Migracion y Refugio \(2017\).docx \(juristadelfuturo.org\)](#) [Biblioteca Corte IDH- Cuadernillo de Jurisprudencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos: Personas situación de migración o refugio No. 2 \(winkel.la\)](#) Acesso em: 11 jan. 2022.

CUNHA, Jorge Luiz da; CARDÓZO, Lisliane dos Santos. Os sentidos do trabalho do professor e o lugar social do ensino da História. **Revista do Centro de Educação UFSM**. Dossiê: Educação histórica e ensino da História, Santa Maria, v. 1, n. 3, p. 529 – 544, set./dez. 2015.

CUNHA, Jorge Luiz da. Os efeitos práticos das políticas provinciais e imperiais sobre a colonização de territórios do Rio Grande do Sul com imigrantes europeus no século XIX.p.80-101. In: RADUNZ, Roberto; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. **Imigração e Sociedade**. Fontes e Acervos da Imigração Italiana no Brasil. Caxias do Sul: EducS, 2015.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História e memória: metodologia da história oral. (p 15 – 31). In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral, narrativas, tempo, identidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História oral, narrativas, tempo, identidades: tempo e história (p 33-44). IN: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral, narrativas, tempo, identidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

HANDERSON, Joseph. Diáspora. Sentidos sociais e mobilidades haitianas. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 21, n. 43, p. 51-78, jan./ jun., 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832015000100003> Acesso em: 7 nov. 2020.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. As grandes migrações: fronteiras abertas e fronteiras fechadas. **Revista Acadêmica Licência&aturas**. Ivoti, v. 5, n. 2, p. 20-25, julho/dezembro 2017.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. Migrações em espaços contemporâneos: integração ou pluralismo cultural. **Colóquio – Revista Desenvolvimento Regional – Faccat**, Taquara, RS, v. 16, n. 3, jul./ dez. 2019.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti (org.). **Migrações internacionais: o caso dos senegaleses no Sul do Brasil**. Caxias do Sul: Belas Letras, 2015.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. **O Processo de Industrialização na zona colonial italiana**. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; MOCELLIN, Maria Clara; GONÇALVES, Maria do Carmo (org.). **Mobilidade humana e dinâmicas migratórias**. Porto Alegre, 2011.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti, PAVIANI, Neires. **Língua, cultura e valores**. Um estudo da presença do humanismo latino na produção científica sobre a imigração italiana no Sul do Brasil. Porto Alegre: EST, 2003.

INEP. **Censo Escolar**. Disponível em: <http://inep.gov.br/> Acesso em: 11 nov. 2020.

INEP. **Consulta de Matrícula**. Disponível em: <https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?dashboard> Acesso em: 11 nov. 2020.

INEP. **Resumo Técnico Censo Da Educação Básica 2018**. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/resumos\\_tecnicos/resumo\\_tecnic\\_o\\_censo\\_educacao\\_basica\\_2018.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnic_o_censo_educacao_basica_2018.pdf) Acesso em: 11 nov. 2020.

INSTITUTO UNIBANCO. Equidade: o papel da gestão no acolhimento de Alunos imigrantes. **Boletim aprendizagem em foco**, n. 38 de fev. 2018. Disponível em: [Boletim Aprendizagem em Foco - Instituto Unibanco](#) Acesso em: 11 jan 2022.

IOM. International Organization for Migration. **World Migration Report 2020**. Disponível em: <https://worldmigrationreport.iom.int/2020> . Acesso em: 25 de nov. 2019.

MOCELLIN, Maria Clara; HERÉDIA Vania Beatriz Merlotti. Dinâmicas Migratórias, trabalho e diferenciação social: o caso de Caxias do Sul. Século XXI, **Revista de Ciências Sociais**, v.8, n° 1, p. 144-165, jan./ jun., 2018.

OEA. Organização dos Estados Americanos. **Declaração de Cartagena**. Cartagena, 1984. Disponível em: [https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD\\_Legal/Instrumentos\\_Internacionais/Declaracao\\_de\\_Cartagena.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf) Acesso em: 13 jan. 2022.

OEA. Organização dos Estados Americanos. **Convenção Americana de Direitos Humanos**. San Jose, Costa Rica, 1969. Disponível em: [Convencao Americana \(oas.org\)](https://www.oas.org/doc/l/amc.htm) Acesso em: 12 jan. 2022.

OIM. Organização Internacional para as Migrações; BRASIL, Ministério da Cidadania. Operação Acolhida. Subcomitê Federal para a Interiorização – Descolamentos Assistidos de Venezuelanos. Brasil, dezembro de 2021. Disponível em: [informe-de-interiorizacao-dezembro-2021-v2 \(iom.int\)](https://www.iom.int/publications/informe-de-interiorizacao-dezembro-2021-v2) Acesso em: 5 jan. 2022.

OLIVEIRA, Adriana Capuano de; RODRIGUES, Gilberto M. A. **Proteção internacional de migrantes forçados e a agenda brasileira**: histórico, temas e atores. 2020, p. 144 – 171 *In* REDIN, Giuliana (org). Migrações internacionais: experiências e desafios para a proteção e promoção de direitos humanos no Brasil. Santa Maria, 2020.

OMS. Organização Mundial da Saúde. WHO Coronavirus (COVID-19) Dashboard. Disponível em: [WHO Coronavirus \(COVID-19\) Dashboard | WHO Coronavirus \(COVID-19\) Dashboard With Vaccination Data](https://covid19.who.int/) Acesso em: 30 jan. 2022.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Nova York, 1989. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca> Acesso em: 25 jan 2022.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados 1951**. Genebra, Suíça, 1951. Disponível em: [https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao\\_americana.htm](https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm) Acesso em: 25 jan. 2022.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, França, 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por> Acesso em: 25 jan. 2022.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Relatório da Conferência Internacional Sobre População e Desenvolvimento**. Cairo, Egito, 5 a 13 de setembro de 1994. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/relatorio-cairo.pdf> Acesso em: 14 nov. 2020.

OPNE. **OBSERVATÓRIO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/> Acesso em: 15 nov. 2020.

PATARRA, Neide Lopes. Migrações Internacionais de e para o Brasil Contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 23-33, jul./set. 2005.

PATARRA, Neide Lopes. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, v. 20, n. 57, maio/ago. 2006. Disponível em: [Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais | Estudos Avançados \(usp.br\)](http://www.revistaestudos.usp.br/) Acesso em: 11 jan. 2022.

PATARRA, Neide Lopes; BAENINGER, Rosana. **Migrações Internacionais, Globalização e Blocos de Integração Econômica: Brasil no Mercosul**. Apresentação I Congresso da Associação Latino-Americana de População, ALAP. Caxambu – MG, 2004.

PEREIRA, Alcebiades Gomes Júnior; THEODORO, Diego Ferreira (org.). **Legislação Migratória Compilada**. Brasília, 2021. Disponível em: [Legislação Migratória Compilada \(mj.gov.br\)](http://www.mj.gov.br/) . Acesso em: 25 jan. 2022.

PORTELLI, Alessandro. **História oral: uma relação dialógica**. In: PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo, 2016. p. 9-25.

REDIN, Giuliana e MINCHOLA, Luís Augusto Bittencourt. Imigrantes senegaleses no Brasil: tratamento jurídico e desafios para a garantia de direitos. In HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. **Migrações internacionais: o caso dos senegaleses no sul do Brasil**. Caxias do Sul: Belas Letras, 2015.

RÜSEN, Jörn. **História viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília – DF, 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Os processos da globalização**. In SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.) **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2005, p. 25 – 95.

SÃO PAULO. CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO SÃO PAULO. **Parecer CEE n. 445/1997**. São Paulo, outubro de 1997. Disponível em: <http://www.lite.fe.unicamp.br/cee/p44597.html> Acesso em: 13 nov.2020.

SÃO PAULO. CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO SÃO PAULO. **Parecer CEE n. 633/2008**. São Paulo. Disponível em: <https://ibee.com.br/materia/parecer-ceesp-6332008-ceb-registro-epublicacao-de-diplomas-e-certificados-de-estrangeiros/> Acesso em: 13 nov. 2020.

SASAKI, Elisa Massae; ASSIS, Gláucia de Oliveira. **Teoria das Migrações Internacionais**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABEP, 12., 2000; GT MIGRAÇÃO, SESSÃO 3 – A MIGRAÇÃO INTERNACIONAL NO FINAL DO SÉCULO, 2000, Caxambu, **Anais [...]** Caxambu, 2000

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SCHMIDT, M. A.; URBAN, A. C. Aprendizagem e formação da consciência histórica. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 60, p. 17-42, abr./jun. 2016.

SEYFERTH, Giralda. A política de colonização, os imigrantes e o nacionalismo (1845-1914), p. 14. In: RADUNZ, Roberto; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. **Imigração e Sociedade**. Fontes e Acervos da Imigração Italiana no Brasil. Caxias do Sul: Educus, 2015.

SILVA, Gustavo Zortéa da. A atuação da Defensoria Pública da União em favor de crianças e adolescentes separados ou desacompanhados e a Resolução Conjunta nº 1/2017 CONANDA, CONARE, CNIg, DPU. In INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS (IMDH). **Caderno de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**. Brasília. 2019, v.14, n. 14. Disponível em: [FINAL-IMDH-Caderno-de-Debates-ed14\\_Web-1.pdf \(migrante.org.br\)](#) Acesso em: 11 jan. 2022.

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: CEBRAP, 1973.

SMED. Secretaria Municipal de Educação de Caxias do Sul. **Dados da instituição**. Caxias do Sul, 2020.

UCS. UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL. Sistema de Bibliotecas. **Guia para elaboração de trabalhos acadêmicos [recurso eletrônico]**. Caxias do Sul, 7. ed., 2021. Disponível em: [ABNT guia-trabalhos-academicos\\_4.pdf](#) Acesso em: 11 jan. 2022.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. **Análise do perfil socioespacial das migrações internacionais para o Rio Grande do Sul no início do século XXI: redes, atores e cenários da imigração haitiana e senegalesa**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Porto Alegre, 2015.

UNHCR. United Nations High Commissioner for Refugees. **Education Report 2021 'Staying the course': The challenges facing refugee education**. Genebra, 2021. Disponível em: [UNHCR - UNHCR Education Report 2021: 'Staying the course' - The challenges facing refugee education](#) Acesso em janeiro de 2022.

UNHCR. United Nations High Commissioner for Refugees. **Global Trends in Forced Displacement in 2020**. Genebra, 2020. Disponível em: [UNHCR - Global Trends in Forced Displacement – 2020](#) Acesso em janeiro de 2022.

UNICEF. United Nations International Children's Emergency Fund Child migration, April, 2021. In: **Data: Monitoring the situation of children and women**. 2021. Tradução livre. Disponível em: <https://data.unicef.org/topic/child-migration-and-displacement/migration/> Acesso em: 11 jan. 2022.

UNICEF. United Nations International Children's Emergency Fund. Crise migratória venezuelana no Brasil. 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/emergencia-em-roraima> . Acesso em: 6 jan. 2022.

UNICEF. United Nations International Children's Emergency Fund. Emergência em Roraima. 2019. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/emergencia-em-roraima> . Acesso em: nov.2020.

UNICEF. United Nations International Children's Emergency Fund. UNICEF acolhe crianças e adolescentes desacompanhadas na fronteira entre Venezuela e Brasil. 01 de junho de 2021. Disponível em: [UNICEF acolhe crianças e adolescentes desacompanhadas na fronteira entre Venezuela e Brasil | As Nações Unidas no Brasil](#) Acesso em: 19 jan. 2022.

UNICEF. United Nations International Children's Emergency Fund. UNICEF e OIM apresentam alguns dos desafios enfrentados por crianças e adolescentes venezuelanos que chegam ao Brasil. 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unicef-e-oim-apresentam-alguns-dos-desafios-enfrentados-por-criancas-e> Acesso em: 15 nov. 2020.

VELUS, Jean Ronald. **Exploração do conteúdo de fração nos livros didáticos de matemática do Haiti**. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Matemática). Chapecó, 2019. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/3685/1/VELUS.pdf> Acesso em 20 dez. 2021.

## ANEXO A - ALUNOS IMIGRANTES NAS ESCOLAS MUNICIPAIS

Com o objetivo de aproximar-se da realidade dos alunos imigrantes nas escolas do Município de Caxias do Sul, foi feito um contato com a Secretaria Municipal de Educação de Caxias do Sul (SMED). Nessa ocasião, foi feita a apresentação do projeto de pesquisa, assim como houve um diálogo com o setor pedagógico da secretaria sobre a inserção de crianças imigrantes nas escolas do município.

A SMED forneceu informações de um levantamento feito pelo setor pedagógico em 2018 sobre os alunos imigrantes matriculados no Ensino Fundamental nas escolas da Rede Municipal. A Quadro 2 descreve informações cedidas pela SMED acerca dos alunos matriculados em 2018 nas escolas da rede municipal.

De acordo com o levantamento feito pela SMED, é possível observar que no ano de 2018 houve 52 matrículas de alunos imigrantes. Dentre eles, nos anos iniciais foram matriculados: 20 alunos haitianos; 5 alunos venezuelanos; 2 alunos de nacionalidade não especificada; e 1 aluno uruguaio. No que se refere aos anos finais do Ensino Fundamental, a secretaria informou que em 2018 foram matriculados na rede mencionada: 14 alunos haitianos; 10 alunos venezuelanos.

No mesmo ano, a escola, que mais recebeu alunos imigrantes matriculados foi EMEF José Protásio Soares de Souza localizada no Bairro Jardim Eldorado (12 alunos imigrantes), seguida pela escola EMEF Zélia Rodrigues Furtado localizada no bairro Nossa Sra. do Rosário (10 alunos imigrantes), em terceiro lugar a EMEF Vereador Marcial Pisoni localizada no Bairro Vila Leon (7 alunos imigrantes).

Quadro 2 – Alunos imigrantes matriculados nas escolas da rede municipal em 2018 (continua)

<b>Escola</b>	<b>Bairro</b>	<b>N. de alunos dos anos iniciais (do 1° ao 5° anos)</b>	<b>N. de alunos anos finais (do 6° ao 9° anos)</b>	<b>Total</b>
EMEF Abramo Pezzi	São Cristóvão	1 venezuelano	1 venezuelano	2
EMEF Rosário de São Francisco	Charqueadas	1 venezuelano	1 venezuelano	2
EMEF Afonso Secco	Ana Rech	4 haitianos	-	4
EMEF Alberto Pasqualini	Bela Vista	1 venezuelano	1 venezuelano	2
EMEF Armindo Turra	Parada Cristal	2 haitianos	-	2

EMEF Dolaimes Stédile Angeli	Centenário	2 haitianos	-	2
EMEF Mário Quintana	Diamantino	2 haitianos	2 haitianos	2
EMEF Nova Esperança	Desvio Rizzo	1 uruguaio	-	1
EMEF Senador Teotônio Vilela	Nossa Sra. das Graças	2 haitianos	1 haitiano	3
EMEF Vereador Marcial Pisoni	Vila Leon	-	7 venezuelanos	7
EMEF Zélia Rodrigues Furtado	Nossa Sra. do Rosário	1 haitiano 1 venezuelano	8 haitianos	10
EMEF Guerino Zugno	Planalto	1 venezuelano	-	1
EMEF José Protázio Soares de Souza	Jardim Eldorado	7 haitianos 2 alunos de outras nacionalidades	3 haitianos	12
<b>Total</b>				<b>52</b>

Fonte: Dados Informados pela Secretaria Municipal de Educação de Caxias do Sul (SMED), em levantamento realizado com as Escolas da rede municipal. Caxias do Sul. Dados referentes ao ano de 2018. Quadro organizado pela autora.

## ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Para a realização das entrevistas foi solicitado que o consentimento do uso das informações para a realização deste estudo através do “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”.

Figura 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado Sr.(a),

Estamos lhe convidando a participar de um estudo intitulado “**Migrantes na escola: estudo acerca da inserção das crianças migrantes no sistema escolar em Caxias do Sul**” da mestranda **Juliana Camelo**, aluna do programa de Pós-Graduação Mestrado em História da Universidade de Caxias do Sul e orientação da Professora **Dra. Vania Beatriz Merlotti Herédia**. O estudo tem por objetivo é analisar as condições que ocorre o processo de inclusão de alunos migrantes no ensino regular em Caxias do Sul.

Caso aceite participar, terá somente de se submeter a uma entrevista que poderá ser gravada. A sua participação será mantida em sigilo pelos pesquisadores, sendo que seu nome não constatará em qualquer parte do estudo, somente neste documento. Da mesma forma os seus posicionamentos e opiniões serão tratados com total confidencialidade (sigilo).

Lembramos que a sua participação será totalmente voluntária, podendo o Sr. (a) desistir de participar em qualquer momento da entrevista sem qualquer prejuízo pessoal. Caso tenha qualquer dúvida, pode ligar para o fone: (54) 98162-3803.

Data: \_\_\_\_\_

Assinatura do entrevistado(a): \_\_\_\_\_

Assinatura do entrevistador: \_\_\_\_\_